



Anais da Assembléia

Nº 46

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 1984.

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1984.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Amélia Hruschka e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Aníbal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ODENI MONGRUEL — (Pela ordem) — Nós estamos apenas em três Deputados no plenário: Deputado Adhail Sprenger Passos, o Deputado Ezequias Losso e este que vos fala. Pediríamos a Vossa Excelência, que procedesse então a chamada nominal para verificar se teremos “quorum”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

22 Srs. Deputados responderam a chamada. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem nº 105/84 Curitiba, 15 de maio de 1984. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados em 12 de abril de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de Cruzeiro do Oeste — nº 16/84, Diamante do Norte — nº 17/84, Guairacá — nº 19/84, Ivaiporã — nº 22/84, Mandaguari — nº 25/84, Morretes — nº 28/84, São Mateus do Sul — nº 40/84 e União da Vitória — nº 43/84, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao “Programa de Mobilização Energética”.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 106/84 Curitiba, 15 de maio de 1984. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados em 12 de abril de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios adiante mencionados, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao “Programa de Mobilização Energética”:

MUNICÍPIO	Nº DO CONVÊNIO
Ampere	7/84
Barbosa Ferraz	10/84
Barra do Jacaré	11/84
Castro	13/84
Céu Azul	15/84
Guaraqueçaba	21/84
Mangueirinha	26/84
Manoel Ribas	27/84
Paula Freitas	31/84
Peabiru	32/84
Pitanga	33/84
Planalto	34/84
Porecatu	35/84
Sabáudia	38/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 107/84

Curitiba, 21 de maio de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 1º, da Lei nº 5406, de 5 de outubro de 1966.

A referida Lei nº 5406/66, em sua atual redação, autoriza o Poder Executivo a doar aos municípios e entidades de assistência social, veículos automotores, máquinas de terraplenagem, agrícolas e industriais, inclusive acessórios, desde que considerados, pelos órgãos competentes, inservíveis ou desnecessários ao serviço público estadual.

Com a nova redação proposta objetiva-se, tão somente, permitir que também possam ser doados, igualmente a municípios e entidades assistenciais, outros bens, de menor valor, classificados como materiais permanentes, que, da mesma forma sejam considerados inservíveis ou desnecessários ao uso pelos órgãos do Estado.

Assim, a medida legal ora submetida a essa Augusta Casa de leis, a rigor não inova a sistemática atualmente adotada e nem tampouco altera o rol dos beneficiários, mas, apenas, define, de maneira mais clara, coerente e adequada, os bens que poderão ser passíveis de doação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. O art. 1º, da Lei nº 5406, de 5 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar a municípios e entidades de assistência social, veículos automotores, máquinas e implementos de terraplenagem, agrícolas e industriais bem como outros bens sob a classificação de materiais permanentes que, pelos órgãos técnicos competentes, sejam considerados inservíveis ou desnecessários ao serviço público estadual.”

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 108/84

Curitiba, 23 de maio de 1984.

Senhor Presidente.

Nos termos dos artigos 22, inciso IX, “in-fine” e 41, § 3º da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à alta apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa a indicação do Doutor JOÃO OLIVIR GABARDO, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A notória experiência profissional do indicado, como Advogado e Professor Universitário, cujas funções exerceu por muitos anos, e os expressivos serviços prestados à causa pública como Vereador da Câmara Municipal de Londrina, Deputado Estadual, Deputado Federal em quatro legislaturas e Diretor de estabelecimentos de ensino superior, conferem-lhe as elevadas funções de Conselheiro da Corte Estadual de Contas.

Para que esta Augusta Casa de Leis possa melhor julgar o acerto da indicação ora formulada, é anexado “curriculum vitae” do Doutor João Olivir Gabardo, onde está sucintamente demonstrada sua grande capacidade

para o exercício do mencionado cargo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

CURRICULUM VITAE

João Olivir Gabardo

1.— DADOS PESSOAIS:

Nome: João Olivir Gabardo

Profissões: Advogado e Professor

Nascimento: 19 de novembro de 1931

Local: União da Vitória — Paraná

Cônjuge: Maria Lucy Lollato Gabardo

Carteira de Identidade Parlamentar: número 359

C.P.F.: número 016530089—20

Número Inscrição O.A.B.: 2213

Endereço: Rua Espírito Santo, 384

Londrina — Paraná

Fone: 22.05.89

2.— FORMAÇÃO ACADÊMICA:

2.1. Nível Ginásial:

Ginásio Nicolau Copérnico

Mallet — Paraná

1949 - 1952

2.2. Nível Colegial:

Colégio Estadual do Paraná

Curitiba - Paraná

1953 - 1955

2.3. Nível Universitário:

2.3.1. Universidade Católica do Paraná

Curitiba - Paraná

Bacharel e Licenciatura em Geografia e História

1956 - 1959

2.3.2. Universidade Federal do Paraná

Curitiba - Paraná

Bacharel em Direito

1956 - 1960

2.3.3. Associação de Ensino Novo Ateneu

Curitiba - Paraná

Técnico em Legislação Sindical do Trabalho

1956

3.— CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

3.1. Curso de Moderna Literatura Brasileira

João Guimarães Rosa

3.2. Introdução à Ciência do Direito

Benjamin de Oliveira Filho

3.3. Medicina Legal

Professor Hélio Gomes

3.4. Direito Civil

Prof. Altino Portugal S. Pereira

3.5. Estudos Políticos e Sociais

Semana de Estudos

3.6. Medicina Legal

Professor Flamínio Fávero

4.— ATIVIDADE PROFISSIONAL:

4.1. Telegrafista da RVPSC (atualmente RFFSA)

Curitiba - Paraná

1947 - 1952

4.2. Escrivão de Polícia - SSP/PR

Curitiba - Paraná

1954 - 1955

4.3. Radiotelegrafista - SSP/PR

Curitiba - Paraná

1955 - 1960

- 4.4. Professor de Nível Secundário dos seguintes Estabelecimentos da Secretaria de Educação do Paraná:
- 4.4.1. Colégio Novo Ateneu - Curitiba - 1959
 - 4.4.2. Colégio Militar do Paraná - Curitiba - 1959
 - 4.4.3. Colégio América - Curitiba - 1959
 - 4.4.4. Colégio Prof. Vicente Rijo - Londrina - 1961
 - 4.4.5. Colégio Ginásio de Aplicação - Londrina - 1961 - 1964
 - 4.4.6. Colégio Londrinense - Londrina - 1967

- 4.5. Professor de Nível Universitário das seguintes Instituições:

- 4.5.1. Fundação Universidade Estadual de Londrina
1960 - 1980
- 4.5.2. Diretor do Colégio de Aplicação da Universidade de Londrina.
1963 - 1964
- 4.5.3. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina.
1964 - 1967
- 4.5.4. Professor e Orientador dos Cursos de Aperfeiçoamento de Professores do Ministério da Educação e Cultura.
1961 - 1966
- 4.5.5. Professor do CESA - Centro de Estudos Sociais da FUEL - Departamento de Direito.
1980

5.- OUTRAS ATIVIDADES:

- 5.1. Vereador à Câmara Municipal de Londrina.
1963 - 1968
- 5.2. Deputado Estadual.
1969 - 1970
Membro da Comissão de Justiça
Membro da Comissão de Educação e Cultura
Líder Bancada do MDB
- 5.3. Deputado Federal.
Legislaturas: 1971 - 1975, 1975 - 1979, 1979 - 1983, 1983 - 1987,
Suplente da Comissão de Orçamento (1971)
Suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural (1971)
Membro da Comissão de Educação e Cultura (1971)
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura (1975)
Suplente da Comissão de Educação e Cultura (1983)
Suplente da Comissão de Ciência e Tecnologia (1979)
Suplente da Comissão de Relações Exteriores (1982)
Vice-Presidente da Comissão de Finanças (1979 - 1982)
Membro da Comissão de Finanças (1980 - 1982)
Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor (1983)
- Missão no Exterior - Integrante da Delegação do Congresso Nacional à reunião Interparlamentar, em Roma - Itália (1982)
- (a) JOÃO OLIVIR GABARDO

À Diretoria Legislativa.

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 015/84, do Senhor JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS - Vice-Governador do Estado, o qual agradece a autorização concedida por este Poder Legislativo, a sua pessoa para ausentar-se do País, em viagem ao Exterior, e o mesmo comunica seu retorno a este Estado.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 141/84, do Senhor JOSÉ PARANHOS DE MESQUITA - Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, comunicando que em sessão de 07 do mês em curso, foi aprovado por unanimidade, o Requerimento nº 025/84, de autoria do nobre Vereador DIONÍSIO FERRAZ JÚNIOR, o qual solicita a soma de esforços, para tornar efetiva a pavimentação asfáltica do trecho: Paranavaí - Tamboara, passando pelo Jardim São Jorge, naquela cidade.

Ao conhecimento da Casa.

TELEX:

Nos seguintes termos:

"O DEPUTADO VALMOR GIAVARINA (PMDB-PR), APRESENTOU HOJE (04.05.84) PROJETO DE RESOLUÇÃO, A MESA DA CÂMARA ALTERANDO DISPOSITIVOS "ODIOSOS" DO REGIMENTO INTERNO. SEU PROJETO VISA CONCEDER AOS DEPUTADOS ESTADUAIS O MESMO TRATAMENTO QUE AS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DISPENSAM AOS DEPUTADOS FEDERAIS: PERMITIR O ACESSO DOS PARLAMENTARES ESTADUAIS, EM EXERCÍCIO, NO PLENÁRIO DA CÂMARA. "A PROIBIÇÃO É ODIOSA - DISSE O PARLAMENTAR - POIS, QUANDO NÓS DEPUTADOS FEDERAIS, VISITAMOS AS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS, SOMOS RECEBIDOS COM MAIOR CORDIALIDADE, ENQUANTO QUE ELES, NOSSOS COLEGAS, QUANDO VÊM A BRASÍLIA, NÃO CONSEGUEM SEQUER CREDENCIAL PARA TRAMITAR NO SALÃO VERDE, A EXEMPLO DO QUE OCORREU DURANTE A VOTAÇÃO DA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA".

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a tramitação, em REGIME DE URGÊNCIA, do Projeto de Lei nº 259/83, que dá nova redação ao artigo 51, da Lei Complementar nº 2/73, que estabelece critérios para participação nos trabalhos das Comissões Técnicas Permanentes e Especiais do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor AVELINO PINTO, nosso companheiro da cidade de São João, ocorrido prematuramente.

Requer, ainda, que da decisão da Casa seja noticiada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dedicado o dia 20 do mês de junho do ano em curso, para a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná concedido ao venerável Franciscano da Ordem Menor dos Capuchinhos Frei Miguel Maria Botaccin, conforme a Lei nº 7839, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. NELTON MIGUEL FRIEDRICH, DD. Secretário de Estado do Interior, encarecendo-lhe providências urgentes junto à SANEPAR, no sentido de que seja instalada uma rede de abastecimento de água na Linha Três Irmãos, no Município de Pranchita, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal do referido município.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) CAÍTIO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Linha Três Irmãos, no Município de Pranchita já conta com uma razoável contingente populacional, dedicado quase que totalmente à agricultura, e resente-se grandemente com os problemas da falta de água. Por outro lado, o município, recentemente criado, não dispõe de recursos financeiros para assumir essa responsabilidade, sendo assim premente que a SANEPAR tome as providências cabíveis, a fim de evitar que o desenvolvimento da localidade e a sua produção agrícola sejam prejudicados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se destinar instrumentos para comporem uma fanfarra na municipalidade de Mariluz.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Manoel Neto de Lima, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, este afirma conforme correspondência, que torna-se imprescindível o devido apoio dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte com referência à doação de instrumentos que servirão futuramente para a formação de uma corporação de um conjunto musical. Ademais, tal reivindicação visa oferecer oportunidade musical especialmente aos jovens estudantes de Mariluz, através de realizações de inúmeras promoções de cunho cívico, esportivo e cultural, de um modo geral.

Trata-se, portanto, de uma reivindicação não apenas daquele Presidente daquela agremiação Partidária, e sim dos jovens escolares.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira a serem destinados para a construção de uma cancha pública no Distrito de Corumbataí do Sul, pertencente à municipalidade de Barbosa Ferraz.

O Distrito de Corumbataí do Sul conta com uma população que ultrapassa mais de doze mil habitantes, que em sua maioria, tem suas atividades voltadas para a agricultura e pecuária, além de possuir um bom comércio. Uma grande parte dos moradores daquele progressista distrito, são jovens praticantes das várias modalidades esportivas, mas que, no entanto, têm encontrado dificuldades para desenvolver tais atividades.

Ademais, só existe em Corumbataí do Sul quadra em um estabelecimento escolar, que por sua vez é utilizada pelos estudantes, no cumprimento das aulas de Educação Física, não havendo, portanto, condições de uso pelos que não integram aquele educandário.

Pelos motivos expostos, espera-se dessa Secretária de Estado da Cultura e do Esporte, o encaminhamento necessário, conforme a iniciativa dos Senhores Jair Cândido de Almeida e Antônio José de Andrade, ambos eminentes lideranças de Corumbataí do Sul, que sempre estiveram voltados para os problemas daquela coletividade.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a realização imediata do cascalhamento da estrada ligando a localidade de Mato Rico à municipalidade de Roncador.

Aquela estrada, é sem dúvida alguma importantíssima para toda a região, uma vez que pela mesma são escoadas boa parte da produção agrícola das propriedades existentes na região, além da circulação normal de veículos entre o campo até a cidade e vice-versa.

Tal solicitação ora enunciada, deve-se à iniciativa do Excelentíssimo Senhor Joaquim Rodrigues da Silva integrante da Câmara Municipal de Vereadores de Roncador, onde este afirma tratar-se de urgência o cascalhamento daquela estrada.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, envio de expediente aos Presidentes da Câmara Federal e do Senado da República para urgenciar a apreciação do projeto do Estatuto da Microempresa que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Depois de muito esperar os microempresários vêm chegar ao Congresso Nacional o projeto do Estatuto da microempresa. A aprovação do referido estatuto é de fundamental importância para a sobrevivência de milhares de microempresas e também da manutenção de 80% da oferta de mão-de-obra do País.

O Governo Federal, depois de muita pressão por parte da classe que se mobilizou, apoiada nos empregados e na sociedade de uma maneira geral, enviou o projeto ao Congresso Nacional.

A Associação de Microempresas do Paraná, encontra-se em assembléia permanente convocando as lideranças políticas e econômicas a apoiar o movimento que visa acelerar a tramitação do projeto.

Conhecedor da luta e do significado social e econômico da microempresa em nosso Estado, solicito atenção especial ao pedido dos microempresários que têm contribuído assustadoramente para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

Só no nosso Estado são cerca de setenta mil microempresas, que fortalecidas vão garantir não só os atuais empregos existentes, como também propiciar um sensível aumento na oferta de mão-de-obra já que muitas outras microempresas irão surgir depois da aprovação deste Estatuto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos anais desta Casa, do artigo "A Emotividade de um Real Estadista", de autoria do General Iberê de Mattos, em sua coluna publicada no jornal "Gazeta do Povo", edição de hoje, que anexamos.

Requer ainda, que desta decisão, seja dada ciência ao autor, à Avenida Munhoz da Rocha, nº 263, nesta Capital, bem como ao Doutor Francisco da Cunha Pereira, Diretor da "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Ex^{mo} Sr. Governador do Estado solicitando que sejam encaminhados a esta Assembléia os documentos elaborados pela Comissão de Alto Nível, designada pelo Chefe do Executivo para apurar denúncias de irregularidades em operações de empréstimos externos. Trata-se dos autos das apurações levadas a efeito que, segundo se informa, contém oitocentas páginas e que serviram de base para a elaboração do relatório conclusivo.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 123/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Será contado para os efeitos de aposentadoria aos integrantes do Quadro do Magistério Público Paranaense, o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, pelos professores remunerados através do Grupo Executivo do Plano Nacional de Educação do Paraná - GEPLANAPAR.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros professores prestaram serviços por longos anos ao ensino paranaense remunerados pelo Plano Nacional de Educação do MEC, através do Grupo Executivo daquele Plano no Paraná - GEPLANAPAR.

Atualmente, tais professores após aprovação em concurso, vêm exercendo o magistério com padrões junto ao Quadro Próprio do Poder Executivo, justo que o tempo de serviço prestado anteriormente, remunerado pelo Plano Nacional de Educação seja contado para os efeitos de aposentadoria, o que atualmente não vem ocorrendo face à inexistência de um amparo legal.

Neste sentido, estamos propondo o presente plano de lei, a fim de legalizar os serviços prestados ao magistério paranaense por professores remunerados através do GEPLANAPAR.

PROJETO DE LEI Nº 124/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública estadual o "Lar dos Velhinhos de São João Batista", com sede no Município de Moreira Sales e foro no Município de Goioerê.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativas dos Srs. Osmar dos Santos, Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Moreira Sales, e do Sr. José Adamo, Presidente do Lar dos Velhinhos de São João Batista, visa este projeto de lei reconhecer o trabalho de alto cunho social que a entidade vem desenvolvendo desde a sua fundação.

Este trabalho, apesar de timidamente desenvolvido mas cheio de esperanças, objetiva unicamente o bem-estar dos velhinhos desamparados, que atualmente são dezesseis. Funciona o Lar num barracão, provisoriamente. Diante dessa situação, decidiu o Presidente da entidade construir um pavilhão de 400 m², na tentativa de fornecer àqueles irmãos menos favorecidos pela sorte um pouco mais de conforto, o qual se encontra ainda em fase de lenta construção.

Diante do exposto, apela o Lar dos Velhinhos de São João Batista para a compreensão dos nobres Parlamentares, para que possa ele vir a ser declarado de utilidade pública estadual, preenchidos os requisitos legais da Lei nº 6994, como o comprova a documentação anexa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr.

Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

No último dia 25, foi comemorado em todo o Brasil o "Dia da Indústria", principalmente pelas entidades representativas dos empresários que são a força produtiva da Nação.

No Paraná, a Federação das Indústrias agraciou vários empresários com a Medalha do Mérito Industrial bem como homenageou um grande pioneiro e um homem público, que muito tem feito pelo reconhecimento da produção de nosso Estado.

Mas, antes de falar desses homens, quero expressar aqui o pensamento dos industriais através do recado do Presidente da entidade, Altevir Zaniolo, ao Governo Federal, ao Governo Estadual e Municipal, no discurso da cerimônia da entrega das medalhas. Primeiramente, ele lembrou e elogiou o debate promovido entre dirigentes dos Estados da Região Sul "em torno da fixação de uma consistente política de emprego".

Para ele, "as empresas comportam hoje, em sua estrutura, um bom número de postos de trabalhos vagos, que amanhã poderão estar novamente ocupados, na medida em que a atividade econômica seja retomada".

"A angústia por desenvolvimento, sem mais tardança, é tão incisiva e forte quanto a que agora assalta nossas autoridades econômicas, às voltas com a reformulação de protestos veementes contra a nova elevação dos juros internacionais", definiu Zaniolo.

Seguindo esse pensamento, podemos afirmar que para os empresários, a retomada do desenvolvimento parte forçosamente da diminuição das taxas de juros, mas também sabemos que essas taxas só baixarão quando os índices da inflação caírem.

E aí está o problema, pois a inflação é alimentada pelo déficit público. Por isso, Zaniolo aconselhou: "Neste contexto, surge o clamor dos empresários, no sentido de que o setor produtivo privado tenha espaço para trabalhar e não se sinta acuado pelo próprio governo ao concorrer com ele, obviamente em situação desvantajosa, na busca por recursos no mercado financeiro. Para que isso aconteça, no entanto, é impostergável a arrumação da sua casa. Austeridade constante, tutela e eficiência na realização dos dispêndios é aprendizado — que deve ser assimilado pelos que cuidam da res pública".

Mais adiante, o Presidente da FIEP deu a fórmula empresarial para o enriquecimento nacional: "Se sabe que país algum se enriquece multiplicando moeda. Muito ao contrário, a riqueza de uma Nação é resultado da multiplicação do produto. Multiplicar produto é tarefa árdua e penosa, porém gratificante. A ela estamos habituados, porque fomos educados para o trabalho".

Dentro desta filosofia foram concedidas as Medalhas de Mérito Industrial ao moveleiro Juan Guilera Mercadé, espanhol de nascimento, hoje curitibano de coração e que muito tem contribuído para o progresso de nossa indústria, ao marmoreiro Renato Hugo Vardânega, pela

estabilidade de sua empresa, como exemplo de como se deve agir em tempos de crise; e ao comunicador, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, pelo empenho em favor do Movimento Paranista. O grande pioneiro Francisco Fido Fontana recebeu o título "post mortem" de Benemérito da Indústria do Paraná, pois foi o organizador da indústria do mate, bem como o primeiro revendedor e consertador de veículos da cidade, entre outros empreendimentos.

Por fim a FIEP homenageou o Senador Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, por ter reconhecido a importância política da indústria paranaense e aberto espaço para que ela seja devidamente representada no cenário nacional.

De tudo isso, não podemos esquecer o conselho de que será através de austeridade e trabalho que superaremos a crise. Tal mensagem, vinda dos empresários, não deve, de maneira alguma, ser relegada a segundo plano.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

"AS DIRETAS PRECISAM SER INEGOCIÁVEIS:

Como por encanto, a campanha das diretas, que havia conquistado seu espaço pela força do povo, foi literalmente apagada do mapa. O povo brasileiro, para muitos, já cumpriu o seu papel.

O resto, agora, é com os profissionais da política, ou melhor, com a representatividade a nível de elite política dissociada das aspirações nacionais veiculadas em todos os pontos do País.

Se é verdade que o Brasil evoluiu politicamente 20 anos nos seis meses de campanha das Diretas Já, com níveis de organização e participação nunca vistas antes, é forçoso reconhecer também que, nos últimos 30 dias, estamos voltando à República Velha, aos conciliados em que tudo se resolvia a "bico de pena" e o povo simplesmente não entrava como pressuposto no diálogo da conversação.

Mas, seria tudo tão simples assim? Mandar uma Nação de 130 milhões de habitantes de volta para casa, enquanto meia-dúzia decide sobre seu destino? Negociar esquecendo-se dos anseios populares brasileiros? Negociar o quê, afinal de contas? Direito à vida? À soberania nacional?

Afinal, não era isso que se falava nas praças e ruas? Negociar com quem? Com o general de plantão no Palácio do Planalto, que manda as tropas do "nini" toda vez que a Nação contraria seus planos?

Está tudo muito claro, estamos diante de um confronto entre a Nação brasileira que não quer mais este regime e o que restou do golpe de 64, que não quer

entregar a rica rapadura. O resto é literatura, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As Diretas Já são inegociáveis. Esta é a verdade que tem que ser dita e reconhecida. Os parlamentos que procuram e desejam fazer o acordo com o Governo, esquecendo-se do clamor da Nação e estão dispostos a exercer a doutrina da traição na esperança de chegar ao poder através do Colégio Eleitoral que duramente criticado nos palanques, quando dos comícios das Diretas Já, revelam desconhecer a força popular brasileira.

É por esta razão que combatemos apenasmente o consenso à base de elite e aproveitamos para deixar bem claro, parece uma tese falsa, elitista, a tese do grupo que está no poder, e que para não perdê-lo por completo ou parcialmente, cede apenas um pouco, com a conivência de certos setores, inclusive da Oposição.

Esta tese comporta simpatizantes da Oposição, o que é lamentável, os quais querem chegar ao poder pela via da traição e encontra adeptos em certas esquerdas que pensam que agindo assim poderão, através de acordos, alcançar a legalização de seus partidos, como se legitimação ou legalidade fosse o prêmio obtido através do autoritarismo militarista que nós sempre condenamos.

Da mesma forma, é uma farsa colocar a questão entre disputar a eleição do Colégio Eleitoral com candidato único das oposições, ou entregá-la ao sr. Maluf, Andreazza ou a quem quer que seja.

O confronto que se desenha cada vez mais claramente, é entre uma imensa maioria de oprimidos e uma ínfima minoria de opressores.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A audiência de ontem com o Sr. Governador; por parte das lideranças do Oeste do Paraná, e que buscavam junto ao Governador do Estado, condições para transformação da FECIVEL, da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel em Fundação Estadual, trouxe alguns aspectos que devem aqui ser destacados.

As duas grandes pretensões do Ensino Superior de Cascavel — é bom que se diga — é, em primeiro, a estadualização da Fundação Municipal, que mantém aquele estabelecimento de Ensino Superior, com sede em Cascavel.

A competência da solução desse problema e da conquista da referida pretensão é da Fundação Municipal e do Governo do Estado do Paraná.

O outro aspecto, refere-se ao reconhecimento da chamada Universidade Municipal de Cascavel, através de ato do Poder Executivo Federal, para cuja atitude o Conselho Estadual de Educação do Paraná já emitiu Parecer prévio favorável a este reconhecimento, o Parecer

de número 191/82, que compõe parte do processo que se encontra em Brasília, merecendo o despacho das autoridades federais. Neste aspecto, portanto, a competência é do Poder Público Executivo Federal, através do Ministério competente, o Ministério da Educação e Cultura.

Convém salientar que o Parecer 191/82, do Conselho Estadual de Educação é também histórico no Paraná, porque é o primeiro exercício de atribuições deste Conselho, que se nivela aos Conselhos Federal de Educação e Estaduais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, e isto é consequência do direito adquirido do sistema estadual de ensino do Paraná, que em virtude e em razão do trabalho histórico desenvolvido no ensino, em todos os níveis e em todos os graus, pelos governos anteriores, adquiriu condições necessárias para fazer cumprir o Artigo 15 da Lei 4024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que confere ao sistema estadual de ensino, em cuja unidade federativa existam em funcionamento regular e já reconhecidas, Universidades próprias, e aí destacamos, foi justamente em Governos anteriores, mais especificamente no Governo de Paulo Pimentel, que foram criadas as Universidades Estaduais, que tanto fizeram em favor do ensino científico, tecnológico e da cultura do povo paranaense e brasileiro.

Criadas as três Universidades Estaduais, o Paraná adquiriu condições indispensáveis para que o seu Conselho Estadual de Educação passasse a autorizar cursos, passasse a autorizar funcionamento de Universidades e passasse assim, a decidir os seus próprios problemas em seu próprio âmbito. Vejam bem os Srs. o que ontem viveu-se no Palácio Iguaçu, não é fruto do momento, mas é consequência do trabalho desenvolvido ao longo dos tempos e que, principalmente no campo educacional e cultural, a parcela de tempo é indispensável, nada acontece por acaso, o episódio não é eventual, nada mais é do que uma marcha natural dos tempos; agora sustentando a aspiração justa e digna da mocidade do Oeste do Paraná, que pretende para Cascavel, a transformação da Fundação Municipal em Fundação Estadual, alcançando assim uma contribuição que pode o Governador José Richa marcar também o seu nome na História, criando a quarta universidade estadual do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O Paraná está voltando a ser Comarca de São Paulo, pelo menos no que se refere à sua afinidade com a prática de ações lesivas aos cofres públicos, o câncer da corrupção, que está minando o organismo administrativo do vizinho Estado — segundo denúncias amplamente divulgadas e de responsabilidade do Senador do PMDB, Francisco Henrique Cardoso — parece se espriar,

igualmente, pelo Paraná.

As denúncias do Senador colocaram a nu a transparência da administração de Franco Montoro. E por aqui, nestes 14 meses de governo José Richa, o mesmo e lamentável espetáculo choca a opinião pública, com homens do mesmo Partido jogando lama sobre companheiros de legenda, enumerando série de acusações as mais variadas, e que vão sendo comprovadas, dia após dia, fazendo rolar cabeças dos postos de comando, esvaziando a autoridade do governador e explodindo a credibilidade de sua atuação.

Praticamente todos os órgãos de comunicação social divulgaram, no dia de hoje, a íntegra do relatório apresentado ao Governador José Richa, pela Comissão de Alto Nível designada para apurar fatos relacionados com o já denominado "escândalo dos dólares". E a Comissão, cuja respeitabilidade está acima de qualquer suspeita, e ao contrário do que tantos poderiam supor, foi muito além do cumprimento formal da missão recebida, acrescentando fatos novos, em toda esta trama, que aos poucos vai sendo desvendada.

A opinião pública constatou, agora, de forma irretorquível, que o envolvimento do Secretário das Finanças em operações nebulosas e manipuladas por pessoas e empresas de baixo conceito — na época — indesmentível, comprovando-se que o ex-Secretário faltou com a verdade quando prestou depoimento nesta Assembléia.

E o que é mais triste — e não somos nós quem diz — mas a Comissão de Alto Nível — é que o próprio Governador José Richa subtraiu a verdade, omitiu fatos, sonegou dados sérios, que foram elaborados pelos membros da Comissão, por ele mesmo designados. Gastando mais de 300 milhões de cruzeiros, José Richa articulou uma teatralização por uma rede estadual de televisão, para dizer, em suma, que estava tudo bem, que seu dileto amigo e homem até então todo-poderoso, na máquina administrativa, Erasmo Garanhão, era irrepreensível em sua conduta administrativa, e o seu afastamento, bem como o do Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde Castor Jobim, se prendiam a questões políticas.

Ora, quanta incoerência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, demonstrando zelo, preocupação com a coisa pública, o titular da Pasta do Planejamento alertou o Governador, o Chefe da Casa Civil, o Procurador Geral do Estado, a opinião pública, enfim, para os erros verificados na obtenção dos empréstimos externos. E por isso foi afastado do cargo.

Ao Secretário das Finanças o Governador não poupou elogios, demonstrando até uma estranha sensibilidade para com o companheiro de infância. Sensibilidade esta que foi frontalmente contestada pela Comissão, que qualificou Erasmo Garanhão de omissão, negligência, inexperiência e imprudência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É ou não é muita qualificação, entre aspas, para ocupante de tão relevante cargo, homem encarregado de

tantas e tão importantes missões? Todos estamos lembrados ainda, daquela tarde, nesta Casa, quando o arrogante e todo-poderoso Garanhão jogou sobre a mesa o seu currículo, afirmando ser um dos mais inteligentes brasileiros e de ter composto uma equipe a nível ministerial; que inteligência é esta e que nível ministerial é este, agora contestados pela Comissão com adjetivos pouco elogiosos?

Por isto, Srs. Deputados do PMDB, componentes da Maioria desta Casa e representantes no Legislativo deste Governo que aí está, fazemos um veemente apelo para que busquem, já e agora, os caminhos para começar a governar este pobre Paraná, pois nossa gente, ordeira e ansiosa pelo progresso, não pode mais assistir, diariamente o triste espetáculo das tramas palacianas, da luta interna pelo Poder, somente pelo Poder.

Chega de enlamear o Paraná. Chega de denegrir nosso povo. Os palanques de 82 pertencem ao passado. A hora é de mostrar trabalho, competência, ou pelo menos, honestidade".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

Havendo declinado, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pudemos entender a movimentação que faz o Partido do PMDB, quando partidários lutam com garra para defender a palavra do palanque, condenando as eleições indiretas, e pedindo a participação do povo nas eleições diretas.

Coerência da palavra com a ação para esses autênticos peemedebistas. Entretanto, no mesmo Partido, há as divergências, que não pudemos compreender, que Partido é esse ou que frente é essa. Alguns, ou seja, a grande maioria do PMDB brasileiro deseja, com garra, com unhas, com vontade, apenas o Poder, a qualquer custo, e já desejam participar das eleições indiretas, tendo até já candidatos para participar do tão condenado Colégio Eleitoral ontem, mas que amanhã será bom para o PMDB ter o seu candidato à Presidência da República.

Mas não é de hoje, que esse partido que aí está usa a palavra e a sua ação diferentemente. Há tempos atrás, concorreu às eleições indiretas, com espírito do PMDB, com Ulysses Guimarães no Colégio Eleitoral, para a Presidência da República.

Ulysses Guimarães que tanto grita, que foi o grande Líder do movimento das eleições diretas, mas que não é coerente com a sua palavra. O MDB também que participou das eleições indiretas, que condenam a classe militar, que condenam os generais, mas o general Euler Bentes foi candidato do PMDB às eleições indiretas pelo Colégio Eleitoral.

Não dá para entender, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, mas há a coerência nesse partido, como há poucos instantes falava o Deputado Tadeu França, condenando a possível candidatura do grande Líder nacional do PMDB, Governador de Minas Gerais, que quer ser Presidente pelas eleições indiretas, porque pelas diretas não tem fôlego para correr este País de linha em linha, que aguarda de cidade em cidade.

Eles querem, sim, o poder a qualquer custo. Nós não condenamos, pois é um direito que assiste a qualquer partido brasileiro constituído, concorrer às eleições diretas ou indiretas, como diz e como reza a Constituição. Mas, o que não se pode admitir, e eu não sei os eleitores bem intencionados do PMDB como irão aceitar esse dúvida pensamento do PMDB; ora, é pelas diretas quando é para aparecer de público perante os seus eleitores, na tentativa única e exclusiva de desviar os desgovernos que o PMDB tem realizado por toda a Nação brasileira.

Mas o PMDB, e vejam bem os Srs. e as Sras., em especial os Parlamentares que aqui estão, se nas próximas eleições indiretas o PMDB não vai estar presente no Colégio Eleitoral.

Como pode, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se hoje o Colégio Eleitoral fosse peemedebista certamente o Sr. Erasmo Garanhão, ou quem sabe o Presidente da BANESTADO Reflorestadora estariam disputando o Colégio Eleitoral para a Presidência da República.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa, ainda no Pequeno Expediente, concede a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, inscrito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós sentimos os episódios que ocorrem no Estado do Paraná, e tivemos a oportunidade de fazer uma avaliação concreta dos fatos ocorridos. E chegamos ao posicionamento e ao nosso entendimento e à nossa consciência pessoal de que, mais uma vez, se soma no Estado do Paraná, o Governo da austeridade, o Governo sincero ao povo do Paraná como o Governador José Richa.

Quando nesta Assembléia Legislativa do Estado, alguns Parlamentares do PDS que tentam denegrir a imagem de um governo austero, sincero, comprometido simplesmente com o povo paranaense. Quando os Parlamentares do PDS não se preocupam de forma nenhuma a corrigir as corrupções existentes a nível de Governo Federal, que se omitem pela responsabilidade do povo brasileiro, mas que aqui procuram desestabilizar, e que jamais conseguirão desestabilizar a imagem de um governo como o do Governador José Richa.

Temos presenciado quanto ao posicionamento do Deputado Airton Cordeiro que poderíamos dizer a esta Assembléia Legislativa do Estado, um homem que vem à tribuna desta Casa, que não concede apartes aos Deputados do PMDB, apenas faz seu pronunciamento e em seguida abandona o plenário, não permitindo a

justificativa dos Deputados do PMDB.

É que na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós fizemos um relato do Governo de vinte anos passados, das injustiças cometidas pelo governo passado, e que hoje alguns Parlamentares que são oriundos deste Governo passado, que vêm tentar pregar a moralidade em cima do Governo José Richa.

Eu pediria, Srs. Deputados, que olhassem o passado, olhassem as injustiças cometidas, o apoio que Vossas Excelências deram aos governos passados, o desmando, as injustiças e a corrupção deste Estado e que se hoje prega a austeridade, que se prega sinceridade, e que de forma nenhuma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós poderemos nos curvar perante a Bancada do PDS que a única forma que vê é tentar desmoralizar o Governo Richa para que haja promoção futura no Governo e nos seus pensamentos políticos do Estado, e que não existe outra forma a não ser criticar o Governo Richa, quando no Paraná a população paranaense, satisfeita pela administração do Governo Richa, pela sua atuação representando, evidentemente, o respaldo popular que veio através das urnas na consciência do povo paranaense, e não há razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que haja preocupação quando uma minoria de Deputados do PDS tenta incutir na mente do povo paranaense, quando o povo paranaense está consciente do Governador que elegeu no Paraná, trazendo respaldo à confiança, um governo sério, de respeito à comunidade paranaense, e que hoje o PDS procura, de todas as formas, tirar proveito, porque no PDS do Paraná já não existe nenhuma sustentação política, não existe ambiente no meio do povo paranaense, para se levantar sua bandeira, quando a sua bandeira está deflagrada pelo povo paranaense, na escolha de um grande Governador, que aí está, exemplo de moralidade e que no Paraná serve, hoje, ao exemplo de que deveria o PDS, da Bancada da Assembléia, dar exemplo, a nível de Governo Federal, para que acabasse com as corrupções existentes em Brasília, onde está o escândalo e a pouca vergonha atingindo o nosso Estado e o nosso Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro, inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia que antecedeu à vinda dos Srs. Secretários de Estado, dos escândalos dos dólares a esta Casa, este Deputado fez um modesto pronunciamento, tendo como objetivo duas razões: a primeira, era chamado à responsabilidade os Srs. Secretários de, comparecendo neste Poder, repetissem aqui, como foi repetido com coragem, com seriedade, com verdades, tudo aquilo que sabiam; a segunda intenção do nosso pronunciamento, analisando de forma geral a situação administrativa do Estado do Paraná.

Nós queríamos chamar a atenção do Governo,

para que ele, abandonando o marasmo que, ao nosso entendimento, se encontra, retomasse as rédeas da administração e voltasse os olhos - e não só os olhos - mas o seu trabalho, a sua dedicação, a sua idéia, criando formas de administrar que pudessem corresponder aos anseios do povo deste Estado.

Tivemos, em seguida, ou melhor se expressando, 9 dias após o pronunciamento, tivemos uma resposta que no meu entendimento, veio diretamente do Governo, de seus assessores, porque julgaram-se, naturalmente, machucados com as palavras que aqui proferimos.

Esse pronunciamento veio por intermédio do ilustre e nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado que, na oportunidade, respondia pela Liderança do Governo nesta Casa. E o nobre Deputado, questionando palavra por palavra, colocação por colocação do pronunciamento desprezioso que havia feito, chamou-me a alguns apartes rápidos e que, posteriormente, eu afirmei do plenário desta Casa, que iria analisar o pronunciamento do ilustre Líder de então, do Governo nesta Casa, para poder responder com a mesma seriedade que eu acredito que foi o seu pronunciamento colocado.

Analisamos, e passo a responder, citando, primeiro, uma frase que julgo importante para ser colocada diante de todo o debate.

(Lê): "Antes, porém, quero fazer minhas, as palavras do grande estadista Aureliano Chaves: "Não é possível o diálogo entre duas partes, quando uma não diz a verdade".

E é por isso que eu abro esta minha análise do pronunciamento que evocou o meu nome a todo instante, para dizer de que nós procuramos sempre, dentro dos nossos princípios, dizer a verdade e tão somente a verdade. (Lê):

"No escândalo dos dólares, dois Secretários de Estado foram ouvidos nesta Casa do povo. Porém, não posso concordar que essa audiência, que não foi espontânea, mas sim requerida, pudesse demonstrar "a imensa capacidade de um povo de democratizar", como afirmou o Ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

E, notem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a imensa heresia que se comete dentro deste Poder: "A imensa capacidade de se democratizar; desde que seu Governo o deseje realmente".

Como aceitar a imensa capacidade de um povo se democratizar, quando isso dependa da vontade do Governo para que tal aconteça?

E, foi isso que nos disse textualmente, da tribuna desta Casa, redutora dos anseios populares, e expressão viva do funcionamento da democracia.

Foi exatamente isso que nos disse o ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado no último dia 23, num discurso de dezessete laudas, na tentativa de, em nome do seu Governo peemedebista, refutar as colocações que aqui fiz nove dias antes.

Nas quais, não me estendi por mais de sete laudas, isto, feito uma evidente demonstração de que a reação foi desproporcional. O que sempre é uma mostra inequívoca de destemper, de falta de controle emocional e de absoluto despreparo para o exercício do Poder.

Vimos que, neste caso não houve o recurso, alegado de legítima defesa, diante de coação moral irresistível, pois a legítima defesa, mesmo que putativa, à sua reação só cabem os meios moderados e imediatos.

E entre o estímulo e a reação medeia o decurso de nove dias. Tempo mais que suficiente para reflexão, para a ponderação e para o esfriamento dos ânimos.

Só se o que eu disse, ficou como um osso atravessado na garganta; não do nobre Deputado, mas de todo o Governo,

que evidentemente mobilizou-se para fazer psêudos reparos nas minhas colocações. Numa tentativa inútil de defesa.

Osso esse que não desce, de modo algum, goeia abaixo, tão grande ele é.

Como foi longo o período de reflexão e preparação do laudatório, mais espanto nos causou, a afirmação com que nos brindou o arauto palaciano, ao nos vir dizer aqui o que se pensa lá. Isto é, de que um povo só se democratiza quando o Governo permite que isso aconteça.

Isso é risível.

Isso é que é o exercício pueril da anti-política, do primarismo político que domina esse Governo, com todos os resquícios rançosos das suas origens, que o trai na ótica míope da realidade dos fatos.

Transveste-se de tutor para se mostrar bonzinho. Para dizer que ele esteja coerente com as aspirações do povo de se democratizar, num gesto magnânimo.

Condescendente, tal como pai amoroso que estimula e depois perdoa a traquinagem do filho peralta.

Confesso, Deputado Tadeu Lúcio, que ainda não tive o tempo necessário para ler todos os tratados de política, a fim de encontrar um que se refira ao fato de um povo se democratizar; só com a permissão do Governo.

Pois que, a democracia é desejo nato dos povos; isso expresso na etimologia da expressão.

Mas enfim, isto é questão de ponto-de-vista, de quem também acha de que o partido da minoria não tem condições de fazer oposição a acontecimentos gritantes, que ao contrário do que foi afirmado, jamais serão esquecidos.

Essa mancha que nodoa o Paraná, jamais será limpada.

Mancha que a ótica governista não quer ver. E, critica a cegueira do Governo Federal, que concordamos existir algumas, sem entretanto, tirar a trave dos seus próprios olhos.

E assim, o nobre Deputado, nos brindou com sua arenga, que nos tomou o tempo, sempre afirmando que iria cabalmente demonstrar com uma cópia de dados, a profusão de realizações do seu Governo. Repetindo isso sempre. Colocando-nos na expectativa da sua anunciação dos maravilhosos feitos que negariam o marasmo e a inércia a que aludi.

E, como profícua realização, comunicou-nos o ingente esforço das Secretarias e dos órgãos governamentais para responder, em menos de dez dias - pasmem, Senhores Deputados! em menos de dez dias! Um requerimento de pedido de informações feito pelo partido da minoria e que envolvia nada menos do que doze órgãos da administração direta e, pelo menos, dez da administração indireta.

Talvez não tenham explicado ao tronante porta-voz, os mistérios do trabalho de equipe.

Cada órgão ou setor fazendo a sua pequena parte.

Daí, não dever-se estranhar, que em até menos de dez dias, se pudesse responder a um pedido de informações, por mais complexo que fosse.

Milagre!

Não há marasmo na administração. Pois em tempo recorde foi respondido tal pedido, atestando sua operosidade.

Mas, o Deputado e seu Governo foram espertinhos. Pois usaram como exemplo um caso que lhes seria favorável e, aí, deitaram falação. Como se a regra fosse responder com rapidez o pedido de informações. Mas a regra, é exatamente o oposto. É sabido que mais de seis requerimentos da minoria, aprovados há mais de trinta dias, ainda não foram respondidos. E, só quero lembrar que esse descaso fere princípio constitucional.

Disse o Parlamentar, que de público afirmei:

— Nada. Absolutamente nada, de obras, de realizações e de promessas cumpridas, taxando isso de erro crasso por mim cometido.

E, nessa altura, o nobre Deputado Tadeu Lúcio, não concede

um aparte ao nosso companheiro Jorge Maia. Para não perder tempo. Já que naquele seu discurso iria relatar tudo o que havia sido feito nos quatorze meses de Governo José Richa.

Assim, nós da minoria, e por que não dizer todos os presentes, ficamos aguardando o rosário de feitos e realizações. Porém, agora eu repito:

— Nada. Absolutamente nada nos foi revelado, por quem se travestia aqui de “Anjo Gabriel” ou porta-voz do Governo.

Eu afirmei existirem privilégios de uns na manipulação de poderes, extrapolados em evidentes prejuízos de tantos, atingidos igualmente pela imoralidade que corrompe a todos.

E a essa afirmação, reagiu o arauto da anunciação de que esse fato havia ocorrido na administração anterior.

“Belo gesto” de fidelidade! Gesto esse que merece cumprimentos, pois, muitas são as evidências e mais do que isso, pelos indícios, configuram corrupção.

Assim, nós, ao ouvirmos a arenga de Sua Excelência, ficamos na esperança de que finalmente viria o anúncio dos altos feitos. Novamente nada, absolutamente nada senão a lamentação de que se procuram denegrir a imagem do Diretor do DETRAN.

Invoca o Deputado Tadeu essa passagem sem importância no meu entendimento, no momento em que o País inteiro está estarelecido com os acontecimentos divulgados diariamente. E aí o Parlamentar nos brinda com a seguinte passagem do seu discurso “que fique registrado na memória de todos, que mesmo após todo o esforço que o Governo dispense para mudar o estado de coisas para melhor, sublinho agora suas palavras, existem elementos mal intencionados que agem unicamente em proveito próprio, ainda que em detrimento da coletividade. Elementos que buscam o poder como meio para atingirem, diz ele, a propósitos escusos e inconfessáveis”. São, pelo contrário, muito confessáveis, evidente e absolutamente claros, pois continuo coerente com o que disse no meu primeiro pronunciamento de oposição nesta Casa, de que seria um fiscal intransigente na cobrança da melhor aplicação dos bens públicos.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Augusto Carneiro: é evidente que eu não considero, como Vossa Excelência considera o meu discurso completamente sem verdades. Porque senão Vossa Excelência, não se preocuparia em respondê-lo, num extenso pronunciamento de réplica e de tréplica, de 14 laudas.

Não considero também desprezioso nenhum pronunciamento de qualquer Deputado, como Vossa Excelência afirmou que era desprezioso o vosso pronunciamento. E digo mais, dissemos a verdade embasados em documentos, inclusive alguns deles que eu forneci pessoalmente a Vossa Excelência.

É quando afirmamos que a imensa capacidade de um povo se democratizar, tanto depende do Governo, é que o nosso Brasil está há mais de vinte anos mergulhado num período ditatorial em função de um Governo revolucionário, que não permitiu a sua redemocratização.

O nosso Governo respeita as oposições. Tanto respeita, que respeitou o pronunciamento de Vossa Excelência e nos fez, realmente porta-voz como naquela oportunidade em que estávamos de plantão na liderança e responder as afirmativas de Vossa Excelência, de que nada, absolutamente nada foi feito durante estes 14 meses.

O pedido de informação, Vossa Excelência tem conhecimento que todos os pedidos de informações eram negados constantemente pela Bancada da maioria no Governo passado, fato este que não acontece no Governo democrático e transparente de José Richa e que posso chamar inclusive, buscar inclusive o testemunho de

Vossa Excelência, e de todos os Deputados da Bancada do PDS, nesta Casa.

Os requerimentos não respondidos que Vossa Excelência afirma, e reafirma enfaticamente que ferem preceitos constitucionais, foram negados e guardados nas gavetas das Secretarias durante todo este tempo de Governo de PDS e até hoje não foi respondido à Bancada do PMDB.

Entretanto, vem agora Vossa Excelência, Deputado de tantas Legislaturas cobrar de nós respostas urgentes dos requerimentos que ora Vossas Excelências, Deputados da oposição pela vontade do povo, assim fazem.

Portanto, meu nobre, caro e estimado Deputado Augusto Carneiro, eu só quero reafirmar e dizer que, quando Vossa Excelência assume esta tribuna novamente para dizer que nada foi feito nesses quatorze meses, evidentemente é porque não teve tempo, e acredito que a vida atribulada de Vossa Excelência não lhe permitiu para que lesse o relatório que eu forneci a Vossa Excelência, com todos os dados, com todos os elementos de benefícios concedidos aos municípios, principalmente de áreas de sua influência política.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Se Vossa Excelência me permite agora usar a palavra ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Portanto, não como retórica, mas sim com fatos consumados e documentados do que foi feito nesses apenas quatorze meses de Governo José Richa. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Respondendo o aparte de Vossa Excelência, eu digo que, quando pedi de Vossa Excelência para fazer um aparte, era porque exatamente eu vou fazer o comentário dos relatórios que Vossa Excelência me encaminhou, e Vossa Excelência citou especialmente três municípios que têm Prefeitos do PDS, e foi exatamente isso porque se eu trouxesse a esta tribuna para analisar todos os municípios que Vossa Excelência me deu, nós precisaríamos ter o tempo integral de uma sessão para discuti-los ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Por isso. Vossa Excelência vê a quantia de coisas feitas pelo governo; eu acho de coisas que nós precisávamos de uma sessão inteira, nobre Deputado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — No pronunciamento de Vossa Excelência que eu tenho aqui, em que Vossa Excelência afirma em alto e bom som de que a democracia só pode acontecer quando o governo assim permite, e nós discordamos desta colocação porque a democracia é um direito nosso ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — É um direito de Vossa Excelência.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Que a democracia nasce, é natural do povo e independe da vontade do governo. Volta Vossa Excelência justificando ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Eu gostaria só, se Vossa Excelência me permitisse, que nós dialogássemos ...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Eu concordo com Vossa

Excelência de que verdadeiramente tivemos um período de exceção triste para todos nós desta Nação, em que a democracia ficou prejudicada pelos governos, mas não podemos dizer que no atual momento o povo depende de intenção do governo para poder se democratizar, porque o povo tem que se democratizar por si só, e o povo sim impor ao governo que também se democratize dentro das suas atribuições ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — O povo pede eleições diretas, nobre Deputado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — ... seja ele municipal estadual ou federal ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Eu gostaria de poder dialogar com Vossa Excelência.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — E eu continuo o meu pronunciamento para falar das obras que Vossa Excelência fala ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Eu gostaria de dialogar com Vossa Excelência ...

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Eu concederei oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está com a palavra o Senhor Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Eu permanecerei no aguardo.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Então, referia-se o nobre Deputado, a elementos do próprio Governo, já que não são eles que estão no Poder, quando Vossa Excelência afirmava de que existem poderes escusos e inconfessáveis prejudicando o governo e como já lhe disse que a nós a carapuça não serve, disse porque não serve. Então, referia-se o nobre Deputado a elementos do próprio Governo, já que são eles que estão no Poder, e a gama de aproveitadores já está tão extensa que nos permite parodiar um personagem de programa humorístico, mais especificamente o programa "viva o gordo", aonde diz, é o caso de dizer "Fica vermelha, carinha sem vergonha."

Não creio ser tão ingênuo o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, a ponto de não saber que realmente interessa a nós, da oposição, a desestabilização do seu frágil Governo, assim como também interessa ao PMDB a desestabilização do Governo Federal.

Mas não pode também ele, e a quem interessar possa, deixar de saber, quem promove a desestabilização do seu governo.

Que não somos nós.

Pois esse processo de desestabilização, ocorre no próprio meio do Governo estadual.

Prometeu o nobre Deputado, vir a esta tribuna denunciar os responsáveis por atos tão indignos perpetrados, não contra o Governo, mas contra o próprio povo do Paraná. E colocá-los, com o maior prazer, à execração pública.

Vale lembrar ao arauto palaciano de que não foi o PDS, o nosso partido, quem promoveu a queda de Léo de Almeida Neves do Banco do Estado. O Paraná inteiro sabia de que Léo de Almeida Neves não se sujeitava às

diretrizes emanadas da Secretaria das Finanças, inclusive com relação aos depósitos e recolhimento do dinheiro público em bancos que não fossem o oficial. Ação antiparanista, que veio à baila, quando explodiu o escândalo dos dólares.

Não fomos nós que derrubamos Otto Bracarense Costa, da Chefia da Casa Civil, quando os contatos com a LEMANN estavam em pleno curso, sendo que agora, após a revelação dos fatos, o mesmo foi reintegrado ao Governo, através da Secretaria do Planejamento.

Não fomos nós que estimulamos a troca de acusações entre a SANEPAR e a SUREHMA, no caso do surto da gastroenterite e da contaminação da água em 90 por cento das escolas, conforme denúncias do órgão preservador do meio ambiente. Todos sabem que os diretores dos dois órgãos, agem por cartilhas diferentes.

Não fomos nós que procuramos incriminar Jayme Canet Júnior numa suposta irregularidade, no pagamento de tributos na comercialização de bois.

Não queiram negar que foi o Líder da maioria, que aqui em plenário quando do comparecimento do ex-Secretário Belmiro, afirmou alto e de bom som, de que no passado não foi permitida a audiência com o então Secretário do Interior, Noel Lobo Guimarães, para esclarecer casos relacionados com firma empreiteira no fornecimento de tubos à SUCEPAR.

Falta de memória do diligente líder: o Secretário por ele citado compunha o Governo Jayme Canet a quem este Governo deve a sua vitória nas urnas.

Não fomos nós que promovemos desentendimentos entre diretores do IPE e redundaram na substituição da Superintendência daquele órgão.

Não foi senão, um próprio Deputado do PMDB que da tribuna desta Casa, denunciou a tentativa solerte de se introduzir ideologias estranhas no I.A.M. e que denunciou também, a infiltração comunista no atual Governo.

Não fomos nós que taxamos, pela vez primeira, de incompetente a atual Diretoria do Banestado, episódio que, agravado com outros acontecimentos, levou ao afastamento o Diretor da Banestado Corretora.

Não fomos nós, que no episódio Prefeitura de Maringá versus SANEPAR, chamamos o Governo Richa de leviano.

Não fomos nós, que denunciemos irregularidades no Porto de Paranaguá; como também não fomos nós que precipitamos o acontecimento no escândalo dos dólares, que com a apuração dos fatos provocou a queda dos Secretários envolvidos.

Então eu pergunto:

Como desestabilizar o que já era desestabilizado?

Como conciliar o que é irreconciliável?

Alvorou-se também o Deputado Tadeu Lúcio, de ter orgulho de dizer, que os foros de celebridades que esse Governo ganha, são exatamente motivados pelas suas realizações proíficas levadas a termo em qualquer campo, seja no administrativo ou seja no político.

(TUMULTO NO PLENÁRIO).

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — (Pela Ordem) — Nos termos do

Regimento Interno, solicito à Presidência desta Casa que mantenha assegurada a palavra ao orador que se encontra na tribuna. É evidente o propósito dos Deputados do PMDB, dos Deputados Governistas, em tumultuarem o horário cedido regularmente ao eminente Deputado Augusto Carneiro — Vice-Líder do PDS.

(TUMULTO NO PLENÁRIO).

O SR. PRESIDENTE — Gilberto Carvalho — Com a palavra, o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Os Deputados do PMDB,

que tiverem desejo de usar a tribuna, poderão fazer no Horário da Liderança. Não precisam ficar tumultuando os trabalhos da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa, respondendo à questão de ordem, informa. Está rigorosamente obedecendo o Regimento Interno. E está com a palavra o Deputado Augusto Carneiro, fazendo um apelo aos Srs. Deputados que só intercedam se for concedido aparte pelo orador que se encontra na tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) — Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência que descontasse o tempo do tumulto e dissesse ...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa já tomou as providências. Está com a palavra o Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Continuando, Srs. Deputados, eu quero afirmar aos Srs. Deputados do PMDB, de que eu estava seguindo uma ordem de raciocínio, dizendo de todas as coisas que estão desestabilizando o Governo, que não fomos nós. Assim que completasse esta linha de raciocínio não tenho nenhuma intenção de negar a Vossas Excelências o diálogo, desde que o relógio, que é um grande inimigo nosso para permitir.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado e concede mais um minuto, em virtude do tempo tomado na questão de ordem.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, esta Liderança concede 15 minutos ao orador.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Continua com a palavra o nobre Deputado Augusto Carneiro, por mais 15 minutos, no Horário da Liderança e mais um minuto do seu tempo.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Inicialmente agradeço à Liderança do PDS, do meu partido, por me conceder, já que eu ainda tenho alguma sequência a mais do meu pronunciamento. (Lê):

“Cada um tem o direito de pensar o que quer, pois assim dita a democracia, porém, a mim me parece que quem ganhou celebridade mesmo, foi o caso do escândalo dos dólares.

Disse ainda ser o seu Governo profícuo.

E, é tão profícuo esse Governo, que o Deputado Tadeu Lúcio, gastou as cinco primeiras páginas do seu discurso para não dizer nada de concreto que se fez na atual administração, a não ser a presteza com que respondeu a um pedido de informações.

E isso é muito para um Governo que possui um caríssimo sistema de computação e centenas de cargos de confiança.

Falei do arrocho fiscal, porém não citei os dois pesos e as duas medidas no cuidado da gerência financeira. Pois se aqui no Paraná foi implantado o terror fiscal rígido, tal rigidez foi esquecida no pagamento de polpudas comissões a entidades estranhas do nosso Estado, não disse também que no arrocho fiscal estava havendo “baralho marcado” pois seria um espanto se o fisco alcançasse somente os simpatizantes do partido da oposição.

Analisando ainda a brilhante defesa palaciana:

1.º) — O Deputado Tadeu Lúcio, disse textualmente que os oitenta bilhões arrecadados pelo ex-Secretário Garanhão “o

milagreiro” serviram para cubrir “déficit”.

2.º) — Já o ex-Secretário, veio perante os Senhores Deputados, nesta Casa, e ao povo paranaense, através da TV, dizer que os dólares foram tomadas para fechar o orçamento do Estado.

Pergunta:

Quem diz a verdade?

E agora, concordo plenamente com o que disse o valente Deputado Osvaldo Alencar Furtado, de que “o filhote do Delfim” conseguiu passar um atestado de burrice a quase um milhão e seiscentos paranaenses. Porém, no meu entendimento esse atestado, que não foi de burrice, mas sim, de engodo e falsas promessas, felizmente teve efeito temporário.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado Augusto Carneiro, agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, para discordar de um ponto que Vossa Excelência frisou no seu pronunciamento.

Vossa Excelência chamou isso a que aí está de Governo.

E eu lhes pergunto se é governo ou a “dança da cirandinha”? Que está sempre dando meia-volta e meia-volta por aí, dando.

Veja bem Vossa Excelência, o Governo do Estado do Paraná ou seja, a “dança da cirandinha”, com falta de homens capacitados para assumir cargos, tem um homem que hoje é detentor de 3 grandes posições no Paraná e, com muito respeito eu me refiro ao seu nome, o Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos. O nome já diz o seu cargo. Presidente do BADEP do nosso Estado e agora, Secretário das Finanças. Só falta o Governador José Richa licenciar-se e o Dr. João Elísio tomar conta do Estado por inteiro.

Vossa Excelência dizia no seu pronunciamento coisas que realmente são verdadeiras. Nós não estamos desestabilizando, o povo é que exige uma resposta de quem já está desestabilizado e, que através de propagandas falsas, de propagandas mentirosas engana o povo paranaense, o eleitor, que obteve mais de um milhão e seiscentos mil votos. Votação nunca vista, Deputado Augusto Carneiro, neste Estado.

Porque, o povo queria o quê? Mudanças?

Mas, que mudanças. Mudança do cruzeiro para dólares? Ou qual é a mudança? Mudança de Governo para “dança da cirandinha”?

Eu não estou mais entendendo nada e nem o povo paranaense.

O Deputado Tadeu Lúcio capacitado como é, jovem público como é, procura argumentação para defender o indefensável e tentando jogar pedras, Deputado Augusto Carneiro, no seu pronunciamento, que é brilhante, correto e verdadeiro, demonstrando aos que estão nesta Casa e ao povo paranaense, através da imprensa, eles mesmo estão trocando jumbo entre si. Eles mesmo estão jogando as pedras em si.

Por quê? Porque, não tem o que realizar, porque não tem o que dizer ao povo. Então, fica esta briga de comadres e, infelizmente é o povo que está pagando.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Vou concluir aqui a linha de raciocínio até o meio desta página e concederei o aparte ao Deputado Manfrinato, assim que eu terminar a linha de raciocínio.

Na verdade, Senhores Deputados, é evidente, a liberalidade houve e, por isso revolucionou o cérebro e o coração palaciano.

Não existia furo de 80 milhões no orçamento de 1983. Acontece que o Governo anterior, a Secretaria do Planejamento subestimou e em muito a receita. Ao invés de estimar em 430 milhões de cruzeiros como todas as evidências estavam a indicar, preferiu um número bem mais conservador de apenas 340 milhões de cruzeiros. Número conservador adequado ao Governo que terminou o mandato anterior.

E isto para evitar que o governo seguinte viesse alegar ter havido uma superestimação da receita.

Foi isso que aconteceu. Foi projetado um aumento de arrecadação de apenas 70 por cento quando as taxas de inflação apresentavam um percentual bem mais elevado, em torno de 200 por cento, era o aumento da taxa inflacionária.

Não houve milagre nenhum neste caso que pudesse ser apregoado com tanta ênfase.

Quanto à discriminação odiosa, quanto a isso não há como tapar o sol com a peneira.

Basta verificarmos pelos dados que tenho que são extensos e são muitos. Porém, eu quero fazer a alegação de alguns para não gastar o tempo lendo, quantos municípios receberam.

Mas, o "superavit" de arrecadação que foi distribuído a todos os municípios, eu quero tomar os municípios recém-criados, porque estes são poucos, a dizer de que onde os Prefeitos eram do PDS, por exemplo, Missal, Altamira do Paraná, que o Deputado Tadeu Lúcio Machado, deu as obras e se der tempo nós vamos discutir; Juranda, município da minha área, todos receberam um milhão de cruzeiros de auxílio de superavit orçamentário, porém, Vera Cruz do Oeste, cujo Prefeito do PMDB, recebeu 25 milhões de cruzeiros, na verba de auxílio da Educação, enquanto o Município de Goioerê, recebeu dois milhões de cruzeiros, o Município de Peabiru, da minha região, que não representa a metade do Município de Goioerê, recebeu dezoito milhões de cruzeiros!

E são tantos e tantos os exemplos de discriminação, e quero registrar, nesta oportunidade, a discriminação, inclusive, com os próprios municípios do PMDB, o meu Município de Campo Mourão, Prefeito do PMDB, recebeu vinte e cinco milhões de verba de superavit orçamentário, enquanto Cascavel, do mesmo nível recebeu a verba de cento e cinquenta milhões, enquanto Cambé, que eu considero menor que Campo Mourão, recebeu cinquenta milhões de cruzeiros, enquanto Cornélio Procopio recebeu sessenta milhões de cruzeiros, enquanto Francisco Beltrão, recebeu sessenta milhões de cruzeiros, enquanto Guarapuava, que é o mesmo nível de Campo Mourão, recebeu cento e três milhões e meio de cruzeiros, enquanto Prudentópolis, que é bem menor recebeu trinta e três milhões de cruzeiros. Eu faço este registro para dizer que Campo Mourão pelos homens e pelas Lideranças do Governo terão que atentar para esses detalhes, porque Campo Mourão tem muito mais direito do que tem recebido deste fraco e frágil governo.

Eu concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e diria, nobre Deputado, evidentemente que eu não poderia dizer quanto à sua capacidade, noto que Vossa Excelência, nesse Poder Legislativo, tem-se mostrado um Deputado capacitado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Eu agradeço e digo que é recíproco.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Ocorre que Vossa Excelência talvez por falta de conhecimento técnico, acusa os municípios que receberam maiores participações, em termos de verbas.

Eu diria o seguinte, nobre Deputado, nunca houve no Estado do Paraná um Governo Estadual que assumisse e transferisse verbas, para tirar do sufoco financeiro, as Prefeituras, como ocorre na rede estadual de ensino, em que Prefeitos pagam os professores adidos à rede estadual, e gostaria, nobre Deputado, que este conhecimento que tenho é profundo, e dizer a Vossa Excelência que estas diferenças de verbas é número de professores da rede estadual, recebendo pelos municípios, como Cambé, por

exemplo, onde existem maiores números de professores.

Então é evidente ...

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — O Sr. está com a palavra, no aparte, mas vai permitir que façamos aqui no diálogo. Os números que citei, citando Campo Mourão e Cambé, é auxílio do superavit orçamentário, não é verba de auxílio de pagamento de professores, é uma verba que o Governo tinha e distribuiu no final dos governos, aos municípios; esta é uma verba distribuída de acordo com a simpatia que o Governo tem, ou quem sabe, de acordo com as pressões das Lideranças políticas de cada município.

O Sr. Dirceu Mandrinato — Eu concordo com Vossa

Excelência, mas eu gostaria de afirmar que anteriormente, sempre ganhou o PMDB em Cambé.

Gostaria que Vossa Excelência dissesse o que o seu Governo anterior, beneficiou o ex-Prefeito do MDB, então, em Cambé, porque não existe discriminação, nobre Deputado, do Governo Richa em termos de Prefeituras do PDS; isto não é verdade, porque na região que represento como Deputado existem três Prefeituras do PDS e os Prefeitos vivem no meu Gabinete e que têm tido um atendimento - ou até, às vezes, melhor do que os próprios Prefeitos que eu represento do PMDB. Agora, se Vossa Excelência fizer um levantamento do Governo anterior do PMDB quando o Governo era do PDS e Vossa Excelência somar hoje o que está indo de verba para Cambé, Vossa Excelência vai ver que não é a realidade dos fatos. Então, eu gostaria de dizer ao nobre Deputado que até o presente momento, nos relatórios que recebemos, inclusive do Governo do Estado, não existem discriminações. Isto é apenas um ponto de partida em que Vossas Excelências, do PDS, procuram tumultuar, na verdade, a administração do Governo Richa e não é como, nobre Deputado, a discriminação que existe em cima do PMDB do Paraná, de Minas Gerais ou de outros Estados do Governo Federal, procurando, através de vias de Deputados Federais, injetando verbas pessoais para demonstrar apenas o poderio do boicote, evidentemente, do Governo Federal. É isso que quero que Vossa Excelência tenha na sua consciência que até o presente momento não há discriminação nenhuma.

E quanto à desestabilização do Governo Federal ...

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Nestor Baptista).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência informa ao Deputado que ocupa a tribuna que lhe resta um minuto dentro dos quinze minutos do seu horário.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente: A Liderança concede mais três minutos para que o nobre orador possa terminar.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — E eu pergunto ao Deputado se me permite concluir.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Eu respondo, agora, ao longo aparte de Vossa Excelência, dizendo o seguinte: são as palavras de Vossa Excelência - de que não existe discriminação - contra os dados fornecidos pelo próprio Governo do Estado. porque estes dados são oriundos do pedido de informação. tão apregoado no pronunciamento do Deputado Tadeu Lúcio Machado que foi respondido num requerimento do Deputado Werner Wanderer. Então, são dados fornecidos pelo próprio Governo, contra a palavra de Vossa Excelência.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência concede

um aparte? (Assentimento).

O Sr. Dirceu Manfrinato — Gostaria que Vossa Excelência desse-me dois segundos para concluir meu raciocínio.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Eu encerro, confesso que não pude aqui, devido ao tempo não permitir, analisar os municípios que eu recebi do Deputado Tadeu Lúcio Machado, mas digo que a relação que mandou-me era como se fosse uma prova cabal e evidente de um longo relatório de obras. No entanto, lendo item por item daqueles municípios, a única coisa de importante que vi e que enganosamente vinha como obra do Governo, são os recursos advindos do Governo Federal principalmente advindos através da SUDESUL, a única coisa de importância que aqueles municípios receberam. Vi ali requerimentos feitos pelo Prefeito que dizia que solicitava do Governo material esportivo para as escolas do município e que foi respondido de que o material foi enviado: um material de seis bolas, seis bolas, veja Vossa Excelência, para um município inteiro, seis bolas de futebol de salão e cujas bolas, infelizmente, até hoje não chegaram ainda no município. Não sei onde estão.

Vi mais: um fato curioso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no caso de Janiópolis que estava com dificuldades para pagar seus professores, em sérias dificuldades, com a escola parada, e que foi necessário até a intervenção da Igreja junto ao Governo, porque na relação fornecida por Vossa Excelência está ali uma solicitação da Diocese de Campo Mourão que interferiu junto ao Governo para poder conseguir um milhão de cruzeiros para um município que estava devendo oito milhões de cruzeiros a professores com as suas escolas paradas.

Lamentavelmente, a relação de obras que eu gostaria de ter tempo, nobre Deputado, para podermos discutir item por item eu queria liquidar a todos os itens que constam ali, porque nenhum deles faz jus a uma obra que pudesse marcar esse Governo, como um razoável governo a serviço do povo.

Eu, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras aqui, porque o tempo não me permite lamentavelmente, porque eu tinha tantas coisas importantes ainda, para tornar de conhecimento público.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à Liderança do PDS, se fará uso dos 12 minutos restantes.

O Sr. Ezequias Losso — Ocupará o restante do tempo, o nobre Líder Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Presidência anuncia a presença do Vereador de Umuarama, Laudelino Costa, e também do Vereador João Pedro da Silva.

Com a palavra, por 12 minutos Sua Excelência, o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço ao Deputado Nestor Baptista que tem somado à sua voz à voz dos paranaenses honrados, que se sentem entristecidos com o desgoverno peemedebista no Paraná.

Pretendia hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuar a análise da aparição melodramática que fez o chefe do regime peemedebista, na televisão, na última sexta-feira.

Queria continuar a dizer, o que o Governador titubeante, o político gaguejante deixou de contar ao Paraná:

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que melhor do que o meu pálido pronunciamento é trazermos a esta Casa dois editoriais; um do jornal "O Estado do Paraná", outro de autoria do eminente jornalista Luiz Geraldo Mazza, no jornal "Indústria e Comércio". Deste ilustre jornalista tenho discordado muitas vezes, mas, sempre tenho, parodiando o ilustre pensador, defendido o direito que ele tem, de expor as suas posições através das tribunas que ocupa na imprensa paranaense.

Diz o editorial feito pelo jornalista Luiz Geraldo Mazza: (Lê): "Caso dos Dólares, apenas uma Pontinha do "Iceberg". Pelo jeito, apenas uma ponta mínima do "iceberg" veio à tona com a questão dos dólares. Basta ler o relatório da Comissão de Alto Nível, para perceber a gravidade dos arranjos que se processam à sombra do Governo, até mesmo em reuniões sociais".

"Provavelmente, o articulista quis aqui se referir à célebre churrascada de sete milhões e duzentos mil dólares, aquela em que estavam presentes, na residência do Secretário Erasmo Garanhão, o Governador José Richa, e os proprietários da Lemann. Um deles processado pela Polícia Federal, como tendo praticado crime de apropriação indébita, manutenção de caixa dois, e de estelionato. (Continua lendo):

"Um clima de oba-oba, de gente que ainda não atingiu a ressaca da euforia eleitoral, está ali perfeitamente descrito. E ligando as peças desse quebra-cabeças é que se sabe porque existe um "segmento" (para usar uma expressão da moda participativa) dos amigos que se reúnem em peladas, churrascadas, que privam enfim da amizade com os donos do poder, extremamente preocupados com o andamento de empreendimentos que vicejam e brotam nas glebas do governo. O PMDB da terra perdeu a moral para falar em Coroa-Brastel. Delfim, etc. Afinal toda aquela vulnerabilidade sistematizada, ritualística, está aí à vista de todos, bastando ler com atenção a descrição dos fatos pela missão. Na verdade diante disso é de se perguntar por que existem órgãos como o legislativo e sua dependência auxiliar, esse pomposo e majestático Tribunal de Contas. Sabe-se, por exemplo, que no governo anterior obras não realizadas como estradas e ginásios de esportes, foram dadas como prontas e pagas tudo no furor uterino da campanha eleitoral. Essa floresta de promotores públicos, que serve o governo Richa, já examinou tais processos e tudo continua como a página em branco de malharmé, um espaço como potência de ser, algo para eclodir e não nasce, contido pela apatia que o governador transmite aos seus auxiliares em matéria de combate à corrupção. Estamos com 14 meses de governo e até agora só soubemos de combate no varejinho do servidor que levou clips para casa, do que falsificou nota. No relatório vê-se a leviandade desse leviatã arrogante, que é o Estado, permitindo o pagamento de uma fortuna a um banco da Argentina sem qualquer formalização e a palermice de alguns de seus agentes, afogados na auto-suficiência, não se aconselhando com aqueles que detém "know how" em relações externas. Quanto à conclusão de que não há dolo nas infrações arroladas é altamente discutível. Afinal esse tipo de avaliação só caberia se houvesse inquérito, o que parece moralmente indispensável".

Conforme xerox anexo.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está aqui a referência feita a um pagamento de 194 milhões e quatrocentos mil cruzeiros, para uma intermediária do Banco de La Província de Buenos Aires.

Como o Governo pagou esse serviço? Através de uma ordem de pagamento da Banestado. Se quer recibo, se quer nota fiscal foi dada entrada na contabilidade do Estado, porque

esta empresa legalmente não existe no País. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o escândalo de 300 milhões de cruzeiros nas demissões praticadas é "fichinha" perto desse absurdo que o Governo José Richa pratica. Paga alguma coisa para uma empresa inexistente. Vejo aqui vereadores. Perguntem se o Prefeito Municipal de qualquer partido tem coragem de pagar uma despesa de cinco mil cruzeiros sem apresentar uma nota e o Secretário das Finanças, aquele que o Governador José Richa dizia que era o Secretário mais competente deste País, paga 194 milhões de cruzeiros para uma firma inexistente!

Em que País estamos!?

Em que País vivemos!?

Não é possível, está claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este é um caso de processo criminal, de responsabilidade administrativa do Secretário competente do regime do PMDB que precisa, através de medida própria no Poder Judiciário, ressarcir os cofres públicos de 194 milhões de cruzeiros, que ele pagou para uma empresa que não tem existência legal e que portanto, não pode fornecer recibo ou nota fiscal dos serviços que teria feito para o Governo do Estado do Paraná.

"E moralmente — tem razão o articulista moralmente é indispensável que o Governador do Estado cumpra com o seu dever, ele tem conhecimento deste crime praticado contra o Estado do Paraná".

O que cabe é o Governador José Richa determinar à Procuradoria Geral do Estado que proceda a abertura de ação criminal, porque, em tese, fica perfeitamente caracterizado, o crime de corrupção, o crime de concussão e o crime de condescendência criminosa previsto nos artigos 317, 319 e 320 do Código Penal.

Continuo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na leitura do artigo publicado em data de hoje no Jornal "Indústria e Comércio": "Com que moral agirão os agentes do Governo, Ministério Público e Polícia, processando ou inquerindo amanhã, o agente que deu um belisco ou a servente que permitiu azedar o leite da merenda escolar"? se eles sabem que há um escândalo no Paraná, onde o Estado teve um prejuízo de 2 bilhões, 619 milhões e o Governo não toma as providências que lhe cabe tomar?

"Como pode ser encarada como normal essa reciprocidade estabelecida entre bancos particulares e agentes públicos?"

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela ordem).

O tempo do orador que se encontra na tribuna está esgotado.

O SR. PRESIDENTE —(Nestor Baptista) Nobre

Deputado Luiz Alberto Oliveira, a Presidência informa a Vossa Excelência que está encerrado o tempo e lhe concede trinta segundos para encerrá-lo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a

Vossa Excelência. "Está fazendo água na embarcação pública". Água, Sr. Presidente, "escuríssima", termina o editorial.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE —(Nestor Baptista) Esta Presidência

registra a visita dos Vereadores de Cianorte, Ozídio Melão, Jurandir Romero e Antônio Fabrício Neto, também do Sr. José Antônio Laguillo, e o Prefeito

de Cianorte, Jorge Moreira da Silva. Também visitando esta Casa, o Deputado Federal Hélio Duque. Consulto à Liderança do PMDB se fará uso de seu horário?

(Ocupará o tempo da Liderança do PMDB o Deputado Tadeu Lúcio Machado).

O SR. PRESIDENTE—(Nestor Baptista) Concedo a palavra ao Senhor Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"O povo do Paraná compreendeu as comoventes palavras do Governador e somente uma tolerância fanática, com conotações políticas, poderá deturpá-la. Ninguém tem o direito de duvidar da grande moral de um Governador que, para orgulho do Paraná, conseguiu se projetar nacionalmente": General Iberê de Mattos, em seu artigo: "A Emotividade de um Real Estadista" que hoje, em requerimento, pedimos para transcrever nos Anais desta Casa.

O fanatismo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, toma conta de alguns políticos da Oposição nesta Casa, ao ponto de omitir no mesmo artigo do brilhante comentarista político Mazza, na sua parte em que ele diz — no mesmo artigo lido nesta tarde, pelo Líder da minoria nesta Casa, — diz o seguinte: "Na verdade, diante disso, é de se perguntar, porque existem órgãos como o Legislativo e sua dependência auxiliar, esse pomposo e magestático Tribunal de Contas. — Sabe-se, por exemplo, que o Governo anterior, obras não realizadas, começadas em ginásios de esportes, foram dadas como prontas e pagas tudo, no furor uterino da campanha eleitoral. — Luiz Mazza — "Caso dos Dólares, apenas uma Pontinha do "Iceberg" lido nesta tarde, pelo Líder do PDS, Luiz Alberto Oliveira.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, novamente estamos ocupando esta tribuna para contestar, com veemência, as acometidas de membros da Oposição que insistem em basear suas assertivas em fatos reputados como excepcionalmente certos, pela maioria das opiniões colhidas.

Esta atitude que estamos assumindo é tomada em virtude do pronunciamento do Líder da Minoria que, tomado de uma avassaladora "sede de verdade", vem deturpar uma situação honesta de interpretar fatos com a premeditada intenção de inflamar.

Existe, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma verdadeira fobia desses Deputados, com respeito à tão decantada transparência do Governo Richa. Essa fobia demonstrada pelos sucessivos ataques a ponto de ocorrências dos quais, os próprios Deputados da minoria nesta Casa, têm-se...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Em seguida

eu concederei tantos apartes quantos forem necessários, pois, eu sempre tive atitude democrática e ética dentro desta Casa.

Senão vejamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a transparência tamanha, que chega ao ponto de — o parecer da Comissão de Alto Nível, criada pelo Excelentíssimo Sr. Governador do nosso

Estado, para apurar o caso dos dólares, ser lido "ipsis litteris" na televisão e por um membro da Bancada do PDS, antes mesmo que a Bancada do Governo, nesta Casa, tivesse conhecimento do mesmo oficialmente.

Louvável a atitude tomada, porém isso nos mostra que transparência realmente existe e traz benefícios, pois de um modo ou de outro a população acaba tomando conhecimento dos fatos.

O episódio citado, de fácil comprovação, nos traz o Deputado Ailton Cordeiro, agora na qualidade de comentarista político, ou seja, no exercício de suas funções profissionais, alienígenas ao exercício do cargo que ocupa nesta Casa, a usar um canal de televisão, veículo de comunicação que deve acima de tudo, primar pela imparcialidade das informações, críticas unilateralmente. O que entendemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que tal atitude é tomada em função da referida transparência. De outro modo, o Deputado não teria a mínima condição de tomá-la, tanta apelação aleatória, para um episódio conduzido com plena segurança, e, acima de tudo, com justiça salomônica, melodramaticamente se apresenta o Líder da Oposição nesta Casa, a procurar criar fatos inexistentes. Não existe a sonegação de informações, nem a falta com a verdade. O que ocorreu, foi que o nosso Governador procurou esclarecer a opinião pública em geral e não a uma elite politizada.

Creio que usar um horário de televisão para ler um relatório na íntegra, é um desperdício, além, acima de tudo, de ser cansativo.

Mas, o importante foi a informação de que efetivamente se estava tomando uma decisão a respeito do episódio e que esta decisão estava sendo dada em primeira mão, ao conhecimento do público. Esta decisão foi dada com segurança, ainda que penitenciando-se dos erros cometidos pelos outros, o que de novo, foi, propositalmente, mal interpretado pelo Líder da Oposição:

E não venham Sua Excelências levantar o argumento da infalibilidade pessoal, que acham que o Governador deve ter. Pois, a própria Bancada da Oposição, está eivada de falhas e vícios de origem — quer partidários, quer pessoais. O que Suas Excelências classificam como escândalos é um episódio análogo, em certos pontos, a muitos ocorridos no Governo de nosso antecessor, e que, em detrimento da população, até hoje, não foram esclarecidos.

Isto sim é que é estarecedor e mais estarecedor é o fato da deturpação dos valores pago a títulos e comissões, para contratação de empréstimos. Comissões que a própria Bancada da Oposição tem conhecimento de que foram normais, porém, já encaminhou Pedido de Informação nesse sentido e que foi respondido nesta mesma tribuna.

Portanto, é estarecedor que a Oposição venha usar este fútil argumento, afirmando que houve um prejuízo de bilhões. Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Quer nos parecer que o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, demonstra um interesse ímpar em ação penal. O aspecto penal poderá, Sua Excelência o Deputado Líder da minoria nesta Casa, quer como cidadão comum, quer como Parlamentar, levantar a qualquer momento, no devido forum que é o Judiciário.

Se o problema de Sua Excelência é o prejuízo e a ação penal competente, deve assumi-la, posto que,

membros do Poder Executivo não dispõem de prerrogativas parlamentares, tal como: a imunidade que o Deputado Luiz Alberto Oliveira, desfruta prodigamente. Assuma então a posição de público, defensor da moralidade! Ainda que, inquinados às falhas. Mas assumo também, a mesma posição, em relação aos atos ocorridos no Governo anterior e traga de volta aos cofres públicos, a quantia inominável, que foi sorrateiramente transferida aos bolsos de meia dúzia de crápulas.

Assuma esta posição, só para refrescar-lhe a memória nobre Deputado...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — A Mesa concede a palavra, pela ordem.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Tentei solicitar aparte do orador que se encontra na tribuna. Sua Excelência não deu aparte. Como aparte, estou sendo chamado à colação, nominalmente pelo Deputado Tadeu Lúcio Machado. Quero esclarecer a esta Casa que em nenhum momento, em nenhum momento, Sr. Presidente, solicitei de quem quer que fosse, nem dessa Presidência, nem de um Parlamentar que houvesse sustação do processo - crime movido pelo Sr. Erasmo Garanhão contra este Parlamentar. Mais ainda, desconhece o esboço que fez o discurso para o Deputado Tadeu Lúcio Machado, lê-lo nesta tarde, de que um Governador do Estado só pode ser processado após o competente processo de "impeachment" de dois terços dos parlamentares...

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, a questão de ordem não tem procedimento no Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Deputado Luiz Alberto Oliveira, a Presidência lamenta, mas a questão de ordem levantada por Vossa Excelência não procede. Apenas concedi uma liberalidade e, por isso mesmo, está com a palavra com o tempo descontado, o Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu agradeço a Vossa Excelência e ao nobre Líder do PDS, nesta Casa, mais uma vez, faz ouvidos de mercador quando o assunto não lhe interessa. Eu disse que ele pode processar o Secretário Erasmo Garanhão e não o Governador. E já que ele prima sempre pela honestidade não devia aceitar...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Não concedo aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Deve-se processar o Governador mesmo, por condescendência criminosa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Pela ordem, eu concedo a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Eu gostaria que

Vossa Excelência assegurasse a palavra ao orador que está na tribuna, porque o Líder do PDS teve todo o momento na tribuna, quando ninguém lhe solicitou aparte.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está assegurada a palavra ao Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — O nobre Líder do PDS vem a cavaleiro, vem afirmar que ele não pediu e que sim a nossa bancada que lhe concedeu. Arauto que é da decência, arauto que é da honestidade, deveria permitir que o processo continuasse no Poder Judiciário. Entretanto aceitou tranquilamente o resultado... (Vários Deputados pedem pela ordem, ao mesmo tempo). (TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, eu pediria a Vossa Excelência, que chamasse atenção do afoito orador que está na tribuna, que não ofendesse moralmente o nosso líder da tribuna e pedisse à claqué que cesse tudo.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Esta questão de ordem não tem embasamento regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) E por isso mesmo Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Todavia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu particularmente classifico de extremamente melodramática a atuação do Líder do PDS nesta Casa. Vem ele falar de sonegação de informações. Quem sonega informações não é o nosso Governo; este determina que todas as informações sejam dadas, mesmo que antipáticas ao seu interesse; mesmo que aéticas e causadoras de controvérsias.

Quem sonegava informações era o partido de Sua Excelência. E para prova, invoco o testemunho do nobre Deputado e Presidente, nesta oportunidade, do Poder Legislativo, Deputado Nestor Baptista, que debalde tentou a aprovação de uma CPI na legislatura, para que se investigasse sérias irregularidades acontecidas no Departamento de Trânsito.

E pode-se constatar nos Anais desta Casa que este foi feito um caso e centena de outros, a isto sim é que deveria chamar-se sonegação. Este Governo sobrepõe-se justamente por ser participativo e a essência desta filosofia traduz-se em duas posições que podem ser consideradas correlatas: a captação dos anseios e das aspirações da comunidade e a tomada de decisões com bases nessas consultas. Não viria ele portanto, sonegar informações. Estas podem ser auferidas na circulação de cópias e relatórios de comissão de alto nível, em mãos da Bancada do PDS, nesta Casa e que poderia ser distribuída pelo espaço que a mesma bancada tem na livre imprensa do Paraná para informar o povo.

Apresenta um requerimento para conseguir um requerimento que tem em mãos. Acaso pensa Sua Excelência, o Líder do PDS, nesta Casa, que estamos

aqui para provar brincadeiras deste tipo.

Já tem ele uma cópia deste relatório em mãos, caso contrário não assomaria à tribuna para falar do Governo e das suas decisões, como quem exorcisa um espírito.

Parece-nos na opinião do ilustre Deputado, o Governador do Estado deveria ocupar horas e horas, para ler um relatório que é encaminhado criteriosamente para uma única conclusão.

Tal leitura deveria ser então acompanhada dos necessários comentários do destinatário do documento, a quem em última hipótese caberia a iniciativa de torná-lo público.

Dá-se o episódio por encerrado e vem Vossa Excelência exponenciar os fatos como se fosse a bem do povo. Interessante avivar o episódio.

Toda essa celeuma nos leva a constatar então que mais uma inveracidade pode ser demonstrada. Se Sua Excelência considera que o dinheiro gasto deve ser reposto aos cofres públicos, então deve aconselhar que o exemplo parta dos seus correligionários. E se assumo uma posição de defesa do Governo, não o faço transferindo os erros para o Governo Federal. É porque estou cômico de que estamos agindo bem, e o afirmo como membro deste Governo.

Assumo uma posição consensual, oposta que é demonstrada pelo Governo Federal e mais particularmente pelo próprio PDS conforme declarações de um Senhor deste Partido. Há que se respeitar tal afirmativa por ser o Senado uma tradicionalíssima Casa da Democracia desde que os memoráveis tempos da Grécia e de Roma acreditavam ser seus representantes dignos do seu mais alto respeito pelo simples fato de serem membros de uma instituição deste nível.

Como dizia a posição discordante representada nas notícias da imprensa que veicula as palavras do PDS, do Senador do PDS Carlos Alberto Chiarelli que considera discordantes e infelizes as opiniões e atitudes demonstradas pelo famoso "trio" da área econômica, justamente em relação à atitude de um chefe de governo no tocante aos juros internacionais, citando textualmente o sapientíssimo Senador: ministro de Presidente da República não passa de auxiliar de governo e não pode ter política própria e, quando tem desacordo com o chefe da Nação, então não pode mais continuar no cargo.

Faço minhas palavras as do Senador e afirmo-me com a sua maneira de pensar. Deveria o ilustre Líder da oposição saber, do alto de sua sapiência, que negligência, omissão e imprudência tipificam juridicamente culpa e não dolo. Existe um verdadeiro "oceano" entre um significado e outro. Podemos afirmar de sã consciência que o ex-Secretário cometeu um erro em concreto, porém tal erro foi uno em múltiplos de seus acertos.

Isto causa estranheza aos homens de oposição e não estou assumindo a condição de defensor do ex-Secretário, mas reafirmo: este episódio vem ratificar a posição democrática do Governo do PMDB: mais acertos do que erros. Nosso Governo pune a culpa.

Eu concedo, com satisfação, o aparte ao eminente Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado. Inicialmente, quero dizer que o pronunciamento de Vossa Excelência apresenta, entre os pontos considerados normais no sentido de defesa do Governo em função das suas atribuições de Vice-

Líder no exercício da Liderança, alguns pontos que devem ser reparados. Fala Vossa Excelência que o nosso Partido - PDS — quando no Poder, não apresentou as explicações devidas quando instado a apresentá-las. Entretanto, nobre Deputado, como participante da Legislatura anterior, fui testemunha de muitas apresentações por parte da Liderança do Governo de então, de matérias explicativas à indagações apresentadas pela então oposição e, hoje, situação.

Foram muitos os documentos trazidos a esta Casa antes mesmo de serem apreciados requerimentos apresentados por ilustres membros da Bancada do PMDB. E, agora, temos percebido, nobre Deputado, embora a presença de homens meritórios no atual Governo, que há aqueles que efetivamente têm procurado sonegar as informações, mesmo quando no exercício de atribuições, o Secretário das Finanças sonegou informações (eu fui testemunha quando do seu depoimento nesta Casa), negando que o Banco Mercantil de Descontos recebesse depósitos do INPS, Fundo de Garantia, quando que o Relatório aqui comprova que houve esse mesmo depósito — e aqui presentes estavam todos os assessores do Secretário —, e nenhum desses assessores, nobre Deputado, fez qualquer reparo. Eu tenho dúvidas se realmente, com a saída do Secretário, os seus assessores serão todos substituídos ou continuarão no exercício de suas funções.

Por outro lado, a conclusão desta Comissão da qual faz parte um eminente mestre, Dr. José Petrelli Gastaldi, cuja obra Economia Política adota, oficialmente, na Faculdade onde leciono, pela sua maneira clara de exposição dos assuntos econômicos e jurídicos, por isso eu nutro muito respeito por esse grande homem e assim como pelos demais que compuseram a Comissão.

Resta, nobre Deputado, que as providências sejam tomadas pelo Sr. Governador, talvez este ponto que foi o principal que o nobre Líder Luiz Alberto Oliveira apresentou, é que mereça por parte desta Casa, expectativa.

O PDS não está absolutamente para criar problemas ao atual Governo, mas está na sua missão de fiscal procurando desenvolver o seu trabalho, em nome da sociedade paranaense, por isso quando Vossa Excelência generaliza, dizendo que o PDS está tentando desestabilizar o Governo, criar dificuldades não está coincidindo com a realidade, isso eu posso dizer, tendo em vista conhecer perfeitamente o ponto de vista dos companheiros deste partido.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e pelo que eu conheço, o nobre Deputado por um período de quase seis meses de convivência, neste Poder, eu posso testemunhar o zelo, a sua demonstração de respeito com a coisa pública. Entretanto, Sr. Deputado Ezequias Losso, as afirmações de desestabilização do Governo não foram só citação nossa, porque nesta mesma sessão plenária, quando ocupou a tribuna o nobre Deputado Augusto Carneiro e Vossa Excelência poderá verificar as notas taquigráficas, o mesmo admitiu a intenção da oposição em desestabilizar o Governo de José Richa e quero afirmar ainda mais, Deputado, que temos conhecimento de um movimento orquestrado não só no Paraná, mas em todo o Brasil, com exceção do Estado de Minas Gerais que tem uma política tradicionalista própria de um grupo interessado em desestabilizar os governos do PMDB,

dos seus respectivos Estados e para afirmar e para dar ênfase ainda mais a esta afirmação, está o caso do Governo de São Paulo e que em 14 meses de governo, o Governador Franco Montoro teve que substituir por doze vezes o seu Secretariado, lamentavelmente alguns membros da Oposição, especificamente no Estado do Paraná, não admitiram a fragorosa derrota eleitoral sofrida em 15 de novembro de 1982 e descontentes com isso, tentam desta forma desestabilizar sorrateiramente o governo de um homem que prima pela honestidade, pela decência e acima de tudo pelo respeito à opinião pública.

O Governador do Paraná não tentou ser dramático no memorável programa de televisão em cadeia estadual na sexta-feira, o Governador do Estado do Paraná não conseguiu esconder a sua emoção, o seu sofrimento do conhecimento que ele tem do desencadeamento de um movimento orquestrado para desestabilização de seu governo.

Tenho certeza, pelo que eu conheço Vossa Excelência, que Vossa Excelência não fez parte deste movimento, entretanto, alguns Deputados do Partido e da Bancada de Vossa Excelência, estão a liderar um movimento de desestabilização e para tristeza nossa, muitas vezes municiados por membros do nosso próprio governo, como nós tivemos que lamentavelmente assistir o episódio do assessor de imprensa do então Secretário Belmiro Valverde Castor, que antes mesmo de entregar os documentos à Bancada do PMDB entregava em primeira mão, ao Líder do PDS nesta Casa, Luiz Alberto Oliveira.

Falo em desestabilização e provo com fatos. E posso garantir, como conheço Vossa Excelência, que Vossa Excelência não faz parte desse movimento desestabilizador. Mas que ele existe, ele existe. E eu falo com muita tranquilidade e afirmo com muita tranquilidade; não sei quem o lidera. Mas sei identificar alguns de seus participantes; que participam desse movimento porque não se conformam; não se conformam com o fato de ser oposição, pois por mais de 20 anos fizeram do Palácio Iguaçu a sua casa, de café, almoço e jantar; talvez até, o seu hotel. Entretanto, não admitem que as coisas mudaram; que pela força democrática e pela vontade soberana do povo, através do instrumento sagrado da democracia, que é o voto, o nosso Governo chegou ao Palácio Iguaçu. E deviam esses elementos, respeitar pelo menos a Constituição da República Federativa do Brasil e do nosso Estado, respeitando as autoridades constituídas; dando a eles o verdadeiro respeito, até mesmo no tratamento pessoal. E para tristeza nossa, assistimos, nesta Casa, o Líder da Bancada da Minoria, que deveria ter, quando assumisse a tribuna, pelo menos um vocabulário decente, pelo menos um vocabulário parlamentar, trata o Governador como se trata um delinquente, que como se trata um internado da Prisão Central do Estado ou da Prisão Provisória do Ahú.

Está aí, povo do Paraná e Srs. Deputados, a demonstração de que os nobres Deputados da Oposição nesta Casa, não aprenderam fazer oposição. E isto é de se explicar até naturalmente, porque nunca fizeram estágio na Oposição; porque nunca tiveram a oportunidade de fazer oposição; porque sempre conseguiram as coisas fáceis; e hoje se encontram na posição incômoda de oposição. Hoje eles não podem mais desfrutar do tradicional comando político na troca de diretor de escola, ou na troca de inspetor de quartelão ou de delegado do pequeno município. Hoje eles não podem mais interferir nas concorrências públicas, das obras de

pavimentação rodoviária. Hoje eles não podem mais participar das falcatruas do Porto de Paranaguá que lá existia.

Lá sim, existia, quando o seu Diretor ia assistir jogo de futebol em Paris, ou inaugurar um vôo do Concord, ou dava um banquete. Em 1977 ou 1978, pasmem, Srs. Deputados, naquela época, o senhor Amatusi de Pinho dava um banquete no Porto de Paranaguá que custou aos cofres públicos, seis milhões de cruzeiros. Esse dinheiro ninguém viu. Esse dinheiro não foi devolvido. Entretanto, agora estão aqui os arautos da honestidade; os defensores da democracia; os homens que por mais de 20 anos impediram que se conduzisse um Presidente da República, pela via direta. Os homens que votaram impedindo a realização da eleição direta, estão aqui, falando em democracia. Estão aqui falando em honestidade. Os homens que dão sustentação a um governo que apadrinha a Coroa Brastel, a Capemi, aos escândalos tantos, como o do BNCC; estão aqui a falar em moralidade, Que paradoxo! Que contra-senso, que a nossa condição de político honesto, de Deputado que saiu das bases populares, e que chegou a esta Casa, em função de um trabalho honesto e que desenvolveu um trabalho na oposição com honestidade. Nós, não temos e não podemos ouvir, sem poder rebater as críticas dos, entre aspas, arautos da honestidade e da democracia.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Quero parabenizar Vossa Excelência pela colocação, por este rol de verdades que está sendo colocado por Vossa Excelência nesta tarde, neste Parlamento. E desejaria dizer a Vossa Excelência, que o linguajar do Líder do PDS é idêntica à conduta do Governo Federal, que ele sustenta, tão baixa e tão rasteira, quanto à desonestidade da Coroa Brastel e da Delfin, sustentada politicamente pela ARENA e pelo PDS, no transcurso desses 20 anos históricos de ditadura e de opressão ao povo brasileiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para dizer que está sendo infringido o Regimento Interno desta Casa, por estar esgotado o tempo do orador que está na tribuna há mais de um minuto e os apartes continuam, infelizmente, dando sequência ao comício político que nós aqui ouvimos com atenção.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu solicito que Vossa Excelência desconte o tempo que foi ocupado pelas questões de ordem, sucessivamente levantadas no início do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa estava concedendo um minuto e concede mais trinta segundos para encerrar o seu horário.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) Apenas para solicitar à Mesa que seja registrado nos Anais da Casa o medo da verdade que têm os Deputados do PDS.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, nós não temos medo de nada. Só temos medo, invés de cruzeiro, temos medo de dólar.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Não cabe as questões de ordem.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu agradeço os trinta

segundos concedidos por Vossa Excelência. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 85/83, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO GNÓSTICA DE ESTUDOS FILOSÓFICOS, CIENTÍFICOS E CULTURAIS”, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 75/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO GNÓSTICA DE ESTUDOS FILOSÓFICOS, CIENTÍFICOS E CULTURAIS”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 121/83, que declara de utilidade pública o “CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE - CEMIC”, com sede na cidade de Moreira Salles e foro no Município de Goioerê. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 121/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade, com sede na cidade de Moreira Salles e foro no Município de Goioerê.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 156/83, que dispõe sobre a Ação Social do Estado no que respeita à educação, habilitação e integração das pessoas com deficiências, e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 156/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º — O Estado obriga-se a realizar uma política de prevenção e de tratamento, de educação, habilitação ou reabilitação e integração das pessoas com deficiência, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles, e a assumir o encargo da efetiva realização de seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais, tutores ou curadores.

Art. 2º — A noção de pessoa com deficiência, para os efeitos desta lei, abrange as pessoas portadoras de deficiência física não sensoriais, deficiências sensoriais (auditivas e visuais), deficiência mental e os portadores de deficiências múltiplas.

Art. 3º — A política de educação, habilitação ou reabilitação e integração social igualitária deverá proporcionar aos deficientes as condições adequadas à formação escolar e profissional e oportunidades de trabalho e de convívio comunitário, que lhes permitam o pleno desenvolvimento da personalidade.

Art. 4º — Ao Estado compete fomentar e desenvolver a criação de estruturas adequadas, nomeadamente escolas especializadas e centros de formação e de readaptação profissionais, que assegurem e acelerem a integração social das pessoas com deficiências. Tais escolas e centros serão públicos e gratuitos.

Art. 5º — O Estado reconhece o valor social da iniciativa particular, estimulando a intervenção das instituições privadas de solidariedade social na execução dos objetivos dos artigos anteriores.

Art. 6º — Em execução do estabelecido na presente lei, o Estado promoverá a gradual concretização e adequação dos direitos reconhecidos às pessoas com deficiência.

Art. 7º — Fica criado o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social, a quem incumbe:

I — Assegurar às pessoas com deficiência a efetiva realização de seus direitos;

II — Promover, coordenar, manter, desenvolver a ação de conscientização da sociedade quanto aos fins e meios necessários à educação, habilitação ou reabilitação e integração social, igualitária dos deficientes;

III — Estimular e desenvolver, por todos os meios necessários, as iniciativas públicas ou privadas em matéria de:

- pré-educação;
- readaptação funcional;
- reeducação profissional;
- readaptação profissional;
- criação de empregos;
- segurança e conservação do emprego pelo trabalhador deficiente;

— ensino, educação e adaptação ao trabalho de crianças e adolescentes com deficiência.

IV — Reunir todos os elementos de informação por meio de pesquisas e estatísticas sobre a matéria especificada no item anterior, notadamente no que se refira à possibilidade de empregos.

Art. 8º — O Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social, presidido pelo Secretário da Educação ou seu representante, é composto ainda pelos seguintes membros:

a) Secretário da Saúde e Bem-Estar Social ou seu representante;

b) Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa ou seu representante;

c) Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa ou seu representante;

d) 4 (quatro) trabalhadores com deficiência ou parentes de pessoas físicas ou mentalmente deficientes; e;

e) 8 (oito) representantes de associações de deficientes.

Art. 9º — Os membros do Conselho serão nomeados pelo Governador do Estado, pelo período correspondente ao termo de seu mandato, de lista elaborada pelas respectivas instituições.

Art. 10 — Compete ao Conselho elaborar o regimento interno até 60 (sessenta) dias após a posse.

Art. 11 — O desempenho do mandato de membro do Conselho é gratuito, proibida a percepção de gratificação ou outra forma de remuneração, e reconhecido como serviço de relevante valor social.

Art. 12 — Constituem direitos do Conselho de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social:

I — Participar na formulação da política estadual de prevenção e de tratamento, habilitação e integração dos deficientes e de planos ou projetos que contemplem o respectivo setor;

II — Participar na fiscalização e controle da execução de planos e medidas administrativas que visem satisfazer os interesses das pessoas com deficiência;

III — Pronunciar-se por sua iniciativa, ou sob consulta do Governo, sobre as providências necessárias ao desenvolvimento do ensino especial, da formação cultural, técnica e desempenho profissional das pessoas com deficiência;

IV — Participar, junto aos poderes públicos em nível consultivo da elaboração da legislação estadual no que respeita à política de prevenção e de tratamento, habilitação e integração das pessoas com deficiência; e,

V — Receber todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade.

Art. 13 — O Conselho será coadjuvado por um grupo permanente de funcionários administrativos, técnicos e especialistas, encarregados de estudar todas as questões que lhe sejam submetidas, exercer a Secretaria do Conselho e dar publicidade às suas atividades.

Parágrafo único — Não serão criados cargos nem empregos para os fins deste artigo.

Art. 14 — O Conselho reunir-se-á pelo menos seis vezes ao ano, por iniciativa de seu Presidente.

Parágrafo único — Poderá ainda ser convocado extraordinariamente pelo seu Presidente, ou a requerimento de um terço de seus membros, para se ocupar de assuntos específicos.

CAPÍTULO II

DA CRIAÇÃO DE EMPREGOS RESERVADOS

Art. 15 — Fica assegurado que do quadro de servidores ou empregados da Administração Indireta do Governo do Paraná, façam parte pessoas com deficiência, com os direitos e deveres consignados na lei, com vista à concretização pelo Estado do direito da pessoa com deficiência ao trabalho.

Art. 16 — Os órgãos compreendidos na Administração Indireta são obrigados a, com prioridade, empregar pessoas com deficiência, ocupando-as no percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de seu quadro permanente de empregados ou servidores técnicos e administrativos, dando-lhes atividades adequadas à sua direção.

Parágrafo único — Incumbe aos órgãos referidos neste artigo assegurar estrutura técnica adequada que permita a realização e o desenvolvimento dos meios necessários à condição ao trabalho das pessoas com

deficiência.

Art. 17 — Até 90 (noventa) dias após a regulamentação da presente lei, os órgãos da Administração Indireta apresentarão ao Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social número de empregos reservados nos respectivos quadros, e relacionarão as medidas previstas para assegurar aos deficientes o acesso ao trabalho.

Parágrafo único — Anualmente os órgãos da administração Indireta remeterão, ao Conselho, assento ou ficha funcional, por pessoa deficiente, onde constarão obrigatoriamente:

- a) data da admissão, cargo ou função que desempenha;
- b) remuneração e tempo de serviço.

Art. 18 — As entidades da Administração Indireta, através de declaração especial, comunicarão ao Conselho a existência de vaga no emprego reservado, bem como a existência de emprego qualquer, quando o percentual na entidade empregadora não tenha sido atingido.

Art. 19 — No prazo de dez (10) dias de recepção da declaração especial, o Conselho apresentará à entidade empregadora candidato ao emprego.

Parágrafo único — Na falta de candidato, a entidade empregadora poderá preencher a vaga com emprego não reservado, fazendo-se compensação, oportunamente.

Art. 20 — Se a entidade da Administração Indireta se ouser a contratar o candidato sob alegação de que é portador de deficiência que impossibilite o exercício das funções básicas do cargo ou emprego, será, no prazo de dez (10) dias, constituída Junta Médica nos termos do art. 23 e seus parágrafos, para examiná-lo e emitir parecer conclusivo.

Parágrafo único — Mantida pela Junta Médica a inaptidão, poderá o candidato, não sendo unânime o laudo, recorrer, no prazo de trinta (30) dias, ao Secretário da Pasta a que estiver vinculada a entidade, que decidirá, ouvido o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social.

Art. 21 — O disposto neste Capítulo aplica-se por igual à Administração Direta, que reservará, com prioridade, empregos aos deficientes em percentual a ser fixado pelo Secretário da Administração, de modo a assegurar-lhes o direito ao trabalho em condição de exercer uma profissão.

CAPÍTULO III

DO EXAME MÉDICO PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA APROVADA EM CONCURSO

Art. 22 — Por ocasião dos exames médicos pre-admissionais em pessoas com eficiência, nomeados em virtude de aprovação em concurso público de qualquer natureza, será observado, como princípio, a necessidade de integração do candidato no serviço público, sempre que a deficiência de que seja portador não impossibilite, na época do exame, o exercício das funções básicas do cargo.

Art. 23 — Na hipótese de o deficiente ser considerado inapto, o órgão que realizou a inspeção constituirá, de ofício, no prazo de trinta (30) dias, Junta Médica para os exames a que se refere o artigo anterior, comunicando o fato ao Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social.

§ 1º — Da Junta Médica farão parte, no mínimo, um (01) médico clínico, dois (02) médicos especialistas na deficiência de que é portador o candidato e um (01) médico com conhecimento da reabilitação da mesma deficiência.

§ 2º — É facultado ao candidato indicar um (01)

médico, a seu critério, para integrar a Junta Médica.

Art. 24 — Mantida pela Junta Médica a inaptidão, poderá o candidato, não sendo unânime o laudo, recorrer no prazo de 30 (trinta) dias, ao Secretário de Estado da Administração, que decidirá, ouvido o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social.

Art. 25 — O Poder Executivo, regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 26 — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
HOMERO OGUIDO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 22/83, que concedo Título de Cidadão Honorário do Paraná ao CORONEL CONFÚCIO PAMPLONA. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 22/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Coronel CONFÚCIO PAMPLONA.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 14/84 (Mensagem nº 36/84, ex-Proposição nº 39/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, em 26/11/84 e o Município de Telêmaco Borba, objetivando regular a implantação dos serviços de segurança contra incêndio e prestação de socorros públicos na área do referido município. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 15/84 (Mensagem nº 44/84 - ex-Proposição nº 56/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 24/11/84, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério do Interior, através da SEMA, objetivando a proteção da biota nativa nas áreas destinadas à sua preservação e conservação. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 16/84, (Mensagem nº 37/84, ex-Proposição nº 40/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 05/12/83, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Tijucas do Sul, objetivando a realização da VIII FEMUBASA - Festa Municipal da Batata Salsa. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 99/84, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que determina sustação da Denúncia-Crime nº 3/84, em que é indiciado o Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, na forma que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/84 (Mensagem n.º 45/84, ex-Proposição n.º 57/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 1.º Termo Aditivo de 25/10/83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 137/83, celebrado em 06/05/83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Kaloré, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/84, (Mensagem n.º 62/84, ex-Proposição n.º 67/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 05/01/84, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Loanda, objetivando a realização da XIV Exposição Feira Agropecuária e Industrial, na sede do referido município.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/84 (Mensagem n.º 80/84, ex-Proposição n.º 80/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Cambé n.º 558/83 e Piraí do Sul n.º 501/83, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas nos respectivos municípios.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/84 (Mensagem n.º 79/84, ex-Proposição n.º 79/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com interveniência da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e municípios, com objetivos que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/84 (Mensagem n.º 77/84, ex-Proposição n.º 77/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios adiante mencionados, objetivando a construção de unidades sanitárias para atendimento hospitalar básico.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/84 (Mensagem n.º 78/84, ex-Proposição n.º 78/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 09/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando a implantação de melhorias de infra-estrutura urbana.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/84 (Mensagem n.º 63/83, ex-Proposição n.º 68/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO

DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 12/12/84, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando possibilitar condições para realização de trabalhos de pesquisa sobre verminose de bovinos, no referido município.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/84 (Mensagem n.º 60/84, ex-Proposição n.º 65/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/84 (Mensagem n.º 42/84, ex-Proposição n.º 58/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/84 (Mensagem n.º 158/83, ex-Proposição n.º 146/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08/07/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/84 (Mensagem n.º 04/84, ex-Proposição n.º 07/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Florai, Itambé e Guaraniaçu, objetivando a execução do "PROSAFRAS/83".— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/84 (Mensagem n.º 05/84, ex-Proposição n.º 08/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 351/83, celebrado em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaraniaçu, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/84 (Mensagem n.º 06/84, ex-Proposição n.º 09/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Florai e São Carlos do Ivaí, objetivando a execução de obras para recuperação

de estradas.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 100/84 (Mensagem n.º 91/84, ex-Proposição n.º 96/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 15/02/84, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a E.B.T.U., a Secretaria do Planejamento, a COMEC e o Instituto de Pesquisas e Planejamento de Curitiba, com os objetivos que especifica.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 126/83), que considera como área especial de interesse turístico, conforme disposto na Lei Federal n.º 6.513, de 20/12/77, a área de terras descrita no Decreto Estadual n.º 4.484/81. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/83, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública o “COMITÊ DE AÇÃO SOCIAL — C.A.S.”, com sede e foro na Cidade de Prudentópolis, com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 128/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Artigo 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Comitê de Ação Social — CAS, com sede e foro na Cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.
(a) TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

As razões que nos levam a apresentar o presente plano de lei, encontram-se determinadas e explicitamente identificadas na documentação em anexo, bem como no atendimento das formalidades previstas na legislação pertinente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 128/83 PARECER

De autoria do ilustre Deputado Trajano Bastos, objetiva: o presente plano de lei declarar de utilidade pública o “Comitê de Ação Social” — C.A.S., com sede e foro na Cidade de Prudentópolis.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS — CASA DA AMIZADE DE FLORAÍ”, com sede e foro na Cidade de Florai. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 144/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS — CASA DA AMIZADE DE FLORAÍ”, com sede e foro na Cidade de Florai, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.
(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhoras de Rotarianos — Casa da Amizade de Florai, com sede e foro na Cidade de Florai, foi fundada em 03 de dezembro de 1982, com finalidade específica de manter, dirigir e colaborar com obras e iniciativas por ela julgadas meritórias, destacando-se nas promoções de bem-estar social, material e social da comunidade floriense.

A referida Associação não tem fins lucrativos e é regida por estatutos próprios. Não distribui lucros ou dividendos, nem possui renda própria, prestando serviços gratuitos à comunidade. Tem sob sua responsabilidade um berçário para crianças de famílias carentes e pretende ampliar sua assistência social de caráter permanente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 144/83 PARECER

De autoria do ilustre Deputado Ferrari Júnior, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos — Casa da Amizade de Florai, com sede e foro no Município de Florai.

Encontra-se o processo instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206/83, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a “ORQUESTRA SINFÔNICA DE PONTA GROSSA”, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 206/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ORQUESTRA SINFÔNICA DE PONTA GROSSA”, com

sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no 2.^o Ofício de Títulos e Documentos, sob número 31, Livro "A" de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Ponta Grossa, em 05 de junho de 1959, e desde então, vem procurando incentivar por todos os meios ao seu alcance a cultura musical, difundindo-a entre o povo em geral, visando particularmente, a melhoria do nível cultural da sociedade, patrocinando também, audições em benefício da assistência social.

Assim sendo, apresentamos aos nobres Pares o presente projeto de lei, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 206/83

PARECER

Subscrito pelo ilustre Deputado Edmar Luiz Costa, o presente projeto de lei, visa declarar de utilidade pública a "ORQUESTRA SINFÔNICA DE PONTA GROSSA", com sede e foro naquela cidade.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pelas legislações federal e estadual, reguladoras da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
HERMAS BRANDÃO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 207/83, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública o "PX CLUBE DE CURITIBA", com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 207/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública o "PX CLUBE DE CURITIBA", com sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Cruz Machado, 66.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

O PX CLUBE DE CURITIBA, entidade fundada em 17 de dezembro de 1978, com sede na Rua Cruz Machado, 66 nesta cidade, nesses 5 anos de atividades tem prestado relevantes serviços à comunidade, através de seus associados, que operando por meio de aparelhos de comunicação apropriados, localizados em unidades móveis ou não, não medem esforços no auxílio à coletividade, principalmente em situações emergenciais.

Operando em aparelhos apropriados, denominados

"faixa cidadão", em frequência de 11 metros e com um alcance no raio de 60 km, este anônimo operador é um prestador de serviços em potencial: através deles, inúmeros casos foram atendidos, dores minoradas, angústias dissipadas e amizades consolidadas.

Outra não é nossa intenção, que aquela de homenagear os operadores "faixa cidadão", como reconhecimento a essa atividade tão salutar, porque só assim estaremos tornando público o intenso trabalho de apoio à comunidade desenvolvido por este grupo, que se sente despertado, espontaneamente, para a ajuda e a compreensão entre as pessoas e os povos.

Nas atividades desenvolvidas pelo PX CLUBE DE CURITIBA, atendeu diversas ocorrências, não foram poucas as vezes que auxiliou na descoberta de pessoas desaparecidas, no envio de mensagens urgentes, na solicitação de remédios raros, pois a "faixa cidadão", a partir de uma distância de 80 km, tem possibilidade de se comunicar com qualquer parte do mundo.

A esse grupo, prestamos nesse projeto as mais sinceras homenagens; são alguns desses heróis anônimos de todos os dias, desses abnegados de todas as horas que merecem o nosso reconhecimento e que a eles, a cada dia, se renove o ânimo de servir, do qual todos nós dependemos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 207/83

PARECER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Relator do presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, REQUEIRO a Vossa Excelência digne-se de converter em diligência o presente processo, a fim de serem supridas as seguintes omissões:

1) Relatório de atividades do ano de 1982.

2) Comprovação de que os membros da diretoria não são remunerados.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
CAÍTO QUINTANA — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 209/83, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública, a "SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ", com sede e foro na Cidade de Londrina. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 209/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ", com foro e sede em Londrina-PR.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 209/83

PARECER

De autoria do ilustre Deputado Fiori Luiz, objetiva o presente plano de lei, declarar de utilidade pública a Sociedade Rural do Paraná, com sede e foro na cidade de

Londrina.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 219/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TERRA BOA", com sede no Município de Terra Boa e foro no Município de Peabiru. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 219/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública estadual, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Boa, com sede no Município de Terra Boa e foro no Município de Peabiru.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do Sr. Ataídes Maranhão, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Boa, visa o presente projeto de lei reconhecer o trabalho de alto cunho social que a entidade vem desenvolvendo, seja na proteção e representação dos interesses de sua categoria profissional perante as autoridades administrativas e judiciárias, ou na manutenção de serviços de assistência para seus associados.

Sendo o Município de Terra Boa essencialmente agrícola e com uma população de aproximadamente 22.000 habitantes, dos quais mais de dois terços são trabalhadores rurais, tal medida viria contribuir em muito para uma melhoria das condições já existentes, bem como para a criação de novos benefícios para os seus associados.

Entre as atividades do Sindicato, poderíamos citar a de colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as atividades da categoria profissional que representam, inclusive celebrando convenções e contratos de trabalho. Como entidade integrada na comunidade, portanto participando de todos os problemas de Terra Boa, fundando e mantendo escolas de alfabetização e pré-vocacionais.

Diante do exposto, apela o presente Sindicato para a compreensão dos nobres Parlamentares, possa ser o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Boa, considerado de utilidade pública estadual, preenchidos os requisitos legais da Lei n.º 6.994, como o comprova a documentação anexa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 219/83

PARECER

De autoria do ilustre Deputado Rubens Bueno, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com sede em Terra

Boa e foro no Município de Peabiru.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Avelino Pinto, do Município de São Jorge. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 31/84. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 259/83, que dá nova redação ao Artigo 51 da Lei Complementar n.º 2/73, que estabelece critérios para participação nos trabalhos das Comissões Técnicas Permanentes e Especiais do Poder Legislativo. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao IPARDES, por intermédio da Secretaria do Planejamento, encarecendo informações a respeito dos funcionários contratados a partir do dia 15 de março de 1983. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Mandrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto avançado da mesma, no Município de Indianópolis. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Mandrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto avançado daquela Companhia, no Município de Cidade Gaúcha. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo cópias do orçamento analítico de 1984, bem como das contas telefônicas dos meses de janeiro, fevereiro, março abril e maio do corrente ano, de todas as linhas telefônicas instaladas na sede do referido órgão. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma arquibancada no Estádio Azarias Diniz, no Município de Mariluz. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

o envio de expediente ao Sr. Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a destinação de um engenheiro-agrônomo e um técnico agrícola para dar assistência profissional junto à ACARPA, no Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma via de pedestres no Município de Roncador.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente às bancadas de todos os partidos no Congresso Nacional (Câmara e Senado Federal), encarecendo apoio na aprovação por unanimidade do projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, regulamentando a profissão de Técnico Agrícola.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito 7 de Maio, Município de Cambira.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Agricultura e Presidente da CAFE DO PARANÁ, encarecendo que o Município de Mariluz integre o Projeto Micro-Bacias, ligando ao Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de um posto de atendimento daquele instituto, no Município de Jandaia do Sul.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do acesso ao Colégio Adventista, no Município de Ivatuba.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, encarecendo a implantação de rede de água no Distrito de São Luiz, Município de Mariluz.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de uma Subdelegacia de polícia no Distrito de São Luiz, Município de Mariluz.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto avançado daquela Companhia, no Município de Nova Olímpia.—

Aprovado.— A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja convocado o Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, para prestar informações sobre os fatos que originaram a criação da Comissão de Alto Nível, para proceder análise de todas as operações de crédito em moeda estrangeira, realizadas no atual período de Governo. Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e vai proceder à verificação de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

20 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para votação, e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de uma farmácia daquele órgão, no Município de Maringá.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção da Delegacia de Polícia do Município de Borrazópolis.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo sejam destinados instrumentos musicais para compor uma fanfarra no Município de Mariluz.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da estrada ligando a localidade de Mato Rico ao Município de Roncador.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma cancha pública no Distrito de Corumbataí do Sul, no Município de Barbosa Ferraz.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a liberação do ICM do gado bovino, em trânsito no Estado, ficando apenas sujeito ao ICM, quando do abate final.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado,

Secretário da Agricultura e Diretor Presidente da CAFÉ DO PARANÁ, encarecendo a implantação de uma Estação de Piscicultura no Município de Palmas.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Artigo "A Emotividade de um Real Estadista", publicado no jornal "Gazeta do Povo".— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações a respeito do estágio em que se encontram os estudos visando analisar a viabilidade de execução do asfaltamento da rodovia PR-090, no trecho entre os Municípios de Sertãozinho e Bela Vista do Paraíso.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine junto à SANEPAR, no sentido de que seja instalada rede de abastecimento de água na linha Três Irmãos, no Município de Pranchita.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo sejam encaminhados a esta Casa, os documentos elaborados pela Comissão de Alto Nível designada pelo Chefe do Executivo para apurar denúncias de irregularidades em operações de empréstimos externos.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidentes da Câmara Federal e do Senado da República, encarecendo urgência na apreciação do Projeto do Estatuto da Microempresa que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando seja dedicado o dia 20 de junho do corrente ano, para entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, concedido ao venerável Franciscano da Ordem Menor dos Capuchinhos, Frei Miguel Maria Botaccin.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo informações sobre empréstimos em moeda externa, bem como sobre recolhimentos de encargos sociais no exercício de 1983.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo esclarecimentos sobre o pagamento de comissões de intermediação para a contratação de empréstimos externos em dólares.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo informações quanto a pagamentos efetuados pelo referido Banco.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a CAFÉ DO PARANÁ, por intermédio

da Secretaria da Agricultura, encarecendo informações quanto à situação dos estoques de algodão, soja, milho e arroz, bem como razões da dispensa do ex-contador, Sr. Romualdo Celinsky e saída de cargos dos Srs. José Domingos Scarpelini e Carlos Hugo Von Grafen.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações a respeito da aquisição de um avião à jato, que está sendo adquirido no Exterior, em flagrante prejuízo da EMBRAER.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo informações sobre as razões da saída do Sr. Presidente do Banestado Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da estrada que liga Borrazópolis à localidade denominada Ponte Preta, com aproximadamente 15 km, pela importância que esta presta ao município no escoamento da produção agrícola.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de um parque de exposições no Município de Mamborê.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo o zoneamento para o plantio da cana no Estado do Paraná.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a liberação de recursos a serem aplicados na construção de um prédio onde deverá funcionar a 37ª CIRETRAN, no Município de Ubatuba.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela reeleição da Diretoria do Centro do Comércio de Café do Município de Paranaguá, para o biênio 1984/86.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Instituto de Assistência ao Menor, por intermédio da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um posto representativo do referido órgão no Município de Campo Mourão.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO – 2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83.

3a. DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n.ºs 08, 09 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24/84 e 100/84 e do

Projeto de Lei n.º 199/83.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 128, 144, 206, 207, 209, 219/83.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 138, 175, 179 e 243/83; 04, 05, 10, 18, 21 e 31/84.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA

Aos dois dias do mês de maio de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, compareceu o Senhor Deputado Djalma de Almeida César, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Verificada a inexistência de número legal, o Senhor Presidente deixa de abrir os trabalhos da presente reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e por mim, Osvaldo Marques, Secretário.

Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

OSVALDO MARQUES
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado ACIR MEZZADRI. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. E como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 78/84, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 90/84, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional de Cr\$ 290.000.000.000,00, ao Orçamento Geral do Estado, para fins que especifica. PROJETO DE LEI N.º 240/83, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a criação do Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, no Município de Ribeirão Claro, bem como o PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/84, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a aplicação das dotações da Assembléia

Legislativa do Estado, na forma que especifica, e dá outras providências. Estas foram APROVADAS observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHLA
Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR
Secretário

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 10ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos, na Sala da Presidência do Plenário, sob a Presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruel e com a presença dos Senhores Deputados: Nelson Vasconcellos, Gabriel Manoel, Acir Mezzadri e Edgard Pimentel, membros efetivos desta Comissão. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente deu por abertos os trabalhos, passando-se em seguida à leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observação. Em seguida, passou-se à ORDEM DO DIA, oportunidade em que foram relatados os PROJETOS DE LEI N.º 233/83, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, dispensa das atividades próprias de seu cargo de funcionário público, o Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, sem prejuízo financeiro e funcional, e dá outras providências. Relator, Deputado Nelson Vasconcellos. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI N.º 61/84, de autoria do Deputado Anibal Khury e outros — Regulamentado a alínea "C" ao parágrafo único, do artigo 74, da Constituição do Estado (Aposentadoria Proporcional a Funcionários com mais de quinze (15) anos de serviço público). Parecer FAVORÁVEL. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, e eu, Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

(aa) Deputado ODENI MONGRUEL
Presidente

DIVA DO VALLE CAVALCANTI
Secretária